Abrir portas onde se erguem muros Director: David Pontes **Domingo, 30 de Junho de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.477 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,90€**



Eleições em França

A bomba lançada por Macron explode, por fim, nas urnas

Destaque, 2 a 7

Bardella, o "filhote de leão" protegido por Le Pen, está mais perto de Matignon



ALFREDO CUNHA

Público

Leopard de Portugal na frente Leste da NATO

O encontro da "rapariga" dos tanques com os "rapazes dos tanques" do 25 de Abril

P2

81% dos doentes com cancro à espera de consulta fora do tempo aceitável

A 31 de Dezembro de 2023, existiam 10.775 utentes com suspeita ou confirmação de doença oncológica a aguardar por uma primeira consulta no sector público, pedida pelos centros de saúde. Os tempos de espera são uma preocupação para a Entidade Reguladora da Saúde: para 81,5% destes utentes o tempo máximo de resposta garantido já tinha sido ultrapassado, uma percentagem que "corresponde ao valor mais elevado" desde o início da monitorização, que começou em 2018 Sociedade, 14 e Editorial

Estudos

Discurso do Chega aumenta discriminação contra ciganos

Sociedade, 16/17

Helicópteros

INEM gasta 12 milhões mas limitações à noite mantêm-se

Sociedade, 18

Reportagem

Blackpool na "Liga dos Campeões das coisas más"



Do nosso enviado especial António Saraiva Lima no Reino Unido Mundo, 19/20

PSD

A nova vida de Rui Rio não passa pelo Palácio de Belém

Política, 12

ISSN-0872-1556

A bomba lançada por Macron explode, por fim, nas urnas



Em três semanas, a esquerda conseguiu unir-se e a sociedade mobilizar-se. A abstenção vai descer, mas as sondagens não deixam grande margem para dúvidas

Sofia Lorena

Aconteça o que acontecer no escrutínio de hoje, em França, Emmanuel Macron já não deixará de ser o Presidente que dissolveu a Assembleia Nacional, abrindo a porta à vitória da direita extrema de Marine Le Pen. Em campanha – Macron disse que não faria campanha, mas deu entrevistas e gravou *podcasts* –, o chefe de Estado avisou para os riscos de "guerra civil" em caso de vitória dos extremos, mas os dados já estavam lançados: segundo a média das sondagens, a maioria presidencial não ultrapassará os 20%, ainda que melhore o resultado obtido nas europeias.

Apesar da dramatização – que teve o primeiro capítulo uma hora depois de conhecidos os resultados de 9 de Junho, com Macron a anunciar legislativas antecipadas, face à vitória da União Nacional (UN) e aos maus números do seu Renascimento –, o medo não parece ser o factor decisivo.

Segundo um estudo publicado pelo jornal *Le Monde*, quatro franceses em dez dizem desejar a vitória da UN e, apesar de o partido de Le Pen e de Jordan Bardella ainda contar com voto de protesto, "esse motor tornou-se secundário", analisa nas páginas do diário francês o director do Ipsos, um dos institutos responsáveis pelo estudo.

Referindo-se ao bloco formado pela União Nacional e pela facção d'Os Republicanos que seguiu o exemplo do líder Eric Ciotti no apoio à direita mais radical, "a sua primeira força é uma dinâmica de esperança: em todas as famílias políticas, a dissolução da Assembleia gera sentimentos maioritariamente negativos, como incompreensão, medo, cólera. Com a notável excepção dos eleitores da UN: 63% de sentimentos positivos contra 34% no conjunto dos franceses, entre os quais dominam a esperança (45%), o alívio (12%) e mesmo a alegria (6%)", escreve Brice Teinturier.

Mas também à esquerda, o medo não surge como dinâmica fundamental. Segundo o mesmo estudo, 62% dos eleitores que afirmam querer votar na Nova Frente Popular – coligação que junta socialistas, comunistas e ecologistas, mas tem como cabeça de cartaz o líder da França Insubmissa (LFI), Jean-Luc Mélenchon – dizem que o farão por adesão e não para impedir a vitória do partido de Bardella.

A dinâmica de vitória já existia, a antecipação das eleições só a acelerou. A dissolução, conclui Teinturier, "limitou-se a oferecer uma perspectiva de alternância a um eleitorado que pensava ter de esperar ainda três anos". E esta "esperança", continua, "é ainda mais forte por estar consolidada na certeza de uma vitória: 95% dos eleitores da UN e dos seus aliados estimam que vão ganhar, 50% dos quais com uma maioria absoluta e 45% com uma maioria relativa". "Nenhum outro eleitorado pensa que a coligação da sua escolha vai ganhar em tais proporções", acrescenta.

Juntando os votos da UN aos dos seus apoiantes entre Os Republicanos, o Ipsos prevê que a lista encabeçada por Bardella vai somar 36%. A Nova Frente Popular – que em vez de decidir o seu candidato a primeiro-ministro decidiu apenas que não será o explosivo Mélenchon, mas alguém mais consensual, e que se fez representar por diferentes dirigentes nos debates – consegue 29% na mesma sondagem, um pouco mais do que os 28,2% do que o seu resultado da média das principais sondagens.

A taxa de participação promete ultrapassar em dois dígitos as anteriores idas às urnas. Segundo os números do instituto IFOB, 64% dos inscritos tencionam sair de casa para votar hoje, o que representa mais 12,5 pontos percentuais do que nas europeias e mais 16,5 do que nas últimas legislativas.

Segunda volta

Mas a mobilização tenderá mais a beneficiar a UN do que a gerar surpresas. De acordo com o estudo do *Le Monde*, tal como os eleitores constantes, também os intermitentes votarão mais por convicção do que por rejeição – e entre os potenciais eleitores de hoje que se abstiveram nas parlamentares de 2022 e na votação de 9 de Junho, o partido de Le Pen surge como preferido.



Macron promete que vai cumprir o seu mandato até ao fim, em 2027, mesmo que a dissolução da Assembleia Nacional tenha aberto a porta à vitória da direita extrema de Marine Le Pen

OLIVIER MATTHYS/EPA



GONZALO FUENTES/REUTERS

Claro que tudo isto diz respeito à primeira volta e é na segunda, a 7 de Julho, que as contas ficarão realmente fechadas, depois de eleitos, por maioria relativa, os deputados dos círculos em que a vitória não se tenha decidido à primeira (quando um deputado precisa de 50% mais um para ser eleito). Resta saber se aí também se votará mais por convicção do que por medo e, acima de tudo, se os outros campos se vão unir contra os candidatos de Bardella.

Na prática, a partir de amanhã caberá em grande parte a Macron decidir se os seus candidatos vão apoiar os da Nova Frente Popular – e, assim, ajudar a definir os resultados finais e a dimensão do sismo político que a França vai, inevitavelmente, viver. Segundo a AFP, essa conversa vai começar ao meio-dia, no Eliseu, onde o Presidente vai reunir o seu Governo, liderado por Gabriel Attal.

Macron "ainda não se definiu, mas parece caminhar para uma palavra de ordem 'nem RN [União Nacional] nem LFI [França Insubmissa', uma posição criticada à esquerda e até no seu próprio campo", lê-se no *Le Figaro*.

Mas nem a contagem de votos da segunda volta chegará para a verdadeira clarificação. Bardella garante que vai rejeitar ser nomeado primeiro-ministro se não obtiver uma maioria absoluta de 289 deputados, o que não passará de uma ameaça inconsequente. Já Macron assegura que não se demite, seja qual for o cenário e a dimensão das dificuldades de uma coabitação que se avizinha infernal. O mais sensato é mesmo esperar por dia 8, sabendo que nesse dia já a França acordará diferente.

Contas públicas

Promessas eleitorais colocam país no foco dos mercados e de Bruxelas

Sérgio Aníbal

Já com uma das maiores dívidas públicas em toda a zona euro e há vários anos com um défice que viola por larga margem o limite inscrito nas regras europeias, a França arrisca-se a sair das eleições de hoje ainda sob maior pressão dos mercados financeiros e de Bruxelas por causa do receio de aplicação de políticas imprudentes do ponto de vista orçamental.

Os sinais de preocupação foram dados pelos mercados logo nos dias a seguir às eleições europeias e ao agendamento por Emmanuel Macron de eleições legislativas antecipadas. Nessa altura, mais cedo do que se pensava, tornou-se evidente a possibilidade real de a França ficar a breve prazo com um governo liderado pela União Nacional de Marine Le Pen, o que, para além de poder gerar um impasse nas relações institucionais com o Presidente da República, pode conduzir à aplicação de uma política orçamental de desafio explícito aos apelos de prudência feitos pelas autoridades europeias.

Todas as taxas de juro da dívida pública dos países da periferia da zona euro, incluindo Portugal, subiram por causa destes receios, mas as taxas de juro da dívida pública francesa aumentaram mais do que as outras. Ao ponto de, pela primeira vez que há registo, os juros da dívida a 10 anos franceses terem passado a ser mais elevados do que os portugueses.

Uma semana depois, sem surpresa (uma vez que o défice foi de 5,5% do PIB em 2023 e a dívida de 112%), mas tornando o ambiente ainda mais tenso, a Comissão Europeia incluiu a França no grupo de países a quem foi aberto um Procedimento por Défice Excessivo, formalizando deste modo uma situação de conflito entre Paris e Bruxelas que terá de ser gerida nos próximos meses entre um novo executivo europeu e um novo governo em França.

A campanha eleitoral das últimas semanas nada fez para tornar mais ligeiro o ambiente vivido entre França, Bruxelas e os mercados. Antes pelo contrário.

Com a União Nacional à direita e a Nova Frente Popular à esquerda a liderarem claramente nas sondagens, o impacto orçamental das propostas eleitorais destes dois blocos passou a estar no centro das atenções dos mercados.

Com Jordan Bardella como candidato a primeiro-ministro, a União Nacional promete, por exemplo, pôr em prática um corte do IVA aplicado aos combustíveis, à electricidade e ao gás dos actuais 20% para 5,5%. Esta medida, para além de poder ir contra diretivas europeias, tem um custo anual estimado para as contas públicas situado entre 9000 e 13.600 milhões de euros, de acordo com os cálculos do Institut Montaigne.

A Nova Frente Popular, por seu lado, aposta num congelamento dos preços da energia e de bens alimentares considerados essenciais, para além de uma subida do salário mínimo de 1400 para 1600 euros, duas medidas que o Institut Montaigne estima poderem em conjunto ter um impacto orçamental situado entre 12.500 e 41.500 milhões de euros.

Nos dois casos, aponta-se para um recuo nas alterações feitas por Macron ao sistema de pensões, incluindo o aumento da idade da reforma, algo que pode ter consequências significativas na sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo.

Sem surpresa, Emmanuel Macron tem gasto grande parte do seu tempo a acusar os seus adversários políticos de imprudência orçamental, afirmando que o programa da União Nacional custará 100 mil milhões de euros ao orçamento, enquanto o programa da Nova Frente Popular custará "quatro vezes mais".

Bardella, da União Nacional, diz que estes números não são verdadeiros, acusando o Presidente de os "ter tirado da cartola". Já à esquerda, assume-se um aumento da despesa de 200 mil milhões de euros, mas compensado com um acréscimo de receita ainda maior resultante da cobrança de impostos aos mais ricos e do crescimento da economia.

De qualquer forma, qualquer que seja a solução governativa que saia das eleições de domingo, antecipam-se como muito difíceis as negociações entre Paris e Bruxelas para definir um plano orçamental a quatro ou sete anos que inclua uma redução do défice para valores abaixo de 3% e uma redução progressiva da dívida.

E é este medo de que se assista a uma ruptura institucional, quer dentro da França, quer nas relações com a UE, que faz com que, nos mercados, os investidores de dívida pública possam, já a partir de amanhã, penalizar a França e, de forma mais ligeira, os outros países classificados como sendo da periferia.

No entanto, as experiências do passado em diversos países também mostram que, entre aquilo que é dito numa campanha eleitoral e o que é depois tornado realidade, pode existir uma grande diferença.

É isso que faz com que Nicolas Veron não se revele tão pessimista em relação ao que poderá vir a acontecer à França nos mercados nos próximos meses. "É normal que haja agora uma certa pressão porque os mercados não gostam de incerteza. Mas parece-me que há, para além de uma preferência de errar por prudência, também uma certa falta de conhecimento sobre a forma como funcionam as instituições em França", afirma, em declarações ao PÚBLICO.

Para este economista francês, não se pode excluir o cenário de, tanto no caso da União Nacional, como no da Nova Frente Popular, a política posta em prática ser muito mais prudente do que o agora anunciado. "Já há muita diferença entre o que Bardella dizia há umas semanas e o que diz agora", afirma, lembrando ainda que as experiências do passado de governação com coligação à esquerda também foram de "promessas mais radicais, mas depois com uma reversão para políticas orçamentais mais próximas do centro".

"A França já não tem sido muito disciplinada orçamentalmente, sem grandes consequências a nível europeu, e agora também não espero um colapso da prudência orçamental", conclui.

União Nacional promete corte do IVA nos combustíveis, luz e gás



Direita tem promessas sobre combustíveis

A esquerda unida

Ameaça da extrema-direita: "Uma questão de vida ou de morte para muita gente"

Reportagem

Amílcar Correia, em Ivry-sur-Seine

Num comício da França Insubmissa em Ivry-sur-Seine, é a ameaça da extrema-direita que domina o discurso

Conseguem imaginar a banda sonora de um comício de encerramento da campanha eleitoral da França Insubmissa? Aqui fica uma amostra da playlist, incompleta, mas ecléctica. De Macklemore (Hind's Hall) a Beyoncé (Run the World), de Sidi Wacho (Grita Justicia) a Soolking (Suavemente). Neste largo da cidade de Ivry-sur-Seine, na periferia de Paris, no princípio da noite desta sexta-feira, tanto cabe o reggaeton como o rap. À diversidade musical corresponde a diversidade das centenas de pessoas que se acumulam em frente ao palco montado num pequeno camião branco da Mercedes. Há bandeiras da Palestina, poucas bandeiras da França Insubmissa, mensagens sindicais ou de associações de defesa dos direitos dos imigrantes, franceses de todas as cores e origens ou pessoas que querem ser francesas e ainda não o conseguiram. Os clandestinos que cantava Mano Chao. É a essa diversidade que se dirige Mathilde Panot.

A candidata da Nova Frente Popular (NFP), que reúne a França Submissa, o Partido Socialista, o Partido Comunista, os verdes e outras forças políticas, não tem dúvidas do momento histórico em que se encontra o país e que justificou a reconstituição de uma frente de esquerda que reivindica a Frente Popular criada em 1936 para lutar contra o fascismo.

"Sim, é uma questão de vida ou de morte para muita gente", diz a deputada que liderou a bancada do partido de Jean-Luc Mélenchon até Emmanuel Macron dissolver a Assembleia Nacional, Mathilde Panot, pra quem uma vitória da extrema-direita vai pôr em risco os direitos das mulheres, dos jovens dos bairros populares, cuja relação com a polícia está na origem dos episódicos motins nas *banlieues*, os trabalhadores com contrato e os precários ou a população LGBT+. Neste contexto, Panot considera que o voto na NFP é a única alternativa possível nestas eleições antecipadas, por duas razões principais: porque é assim que se combate quer o "lepenismo, quer o macronismo, e porque é assim que se combate o fascismo, o racismo, a islamofobia, o anti-semitismo ou a ciganofobia.

A candidata não tem dúvidas de duas coisas: que uma vitória da União Nacional é a negação dos princípios basilares da República Francesa, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, e que Macron está mais próximo do partido hoje liderado por Jordan Bardella (ironicamente, de origem italiana), do que da esquerda, exemplificando com a Lei da Imigração, que classificou como uma cedência às ideias de Marine Le Pen. A ex-líder parlamentar responsabiliza Emmanuel Macron. Não há quem não o responsabilize nestes dias seja pelas suas políticas, seja pelo momento de incerteza que a convocação de novas eleições originou, seja pelo crescimento da União Nacional. Panot considera-o mesmo a principal causa da progressão do voto na extrema-direita.

Mathilde Panot, candidata de um partido que se diz "pronto para mudar tudo", afirma que é preciso rever a lei que aumentou a idade da reforma ou garantir uma escola e manuais para todos. Elogia Julian Assange e a sua libertação, condena a tentativa de golpe de Estado na Bolívia e sublinha que o Estado da Palestina dever ser reconhecido sem rodeios. Evita falar da Ucrânia. Nenhum dos intervenientes neste comício de encerramento fez qualquer referência à ocupação russa de território ucraniano.



Mathilde Panot, ex-líder parlamentar da França Insubmissa na Assembleia Nacional e candidata pela Nova Fre

Unidade e diversidade

A NFP tenta passar uma imagem de unidade, de diversidade e transversalidade que transcenda a união política. Raych Renaldo, delegado sindical numa multinacional farmacêutica e membro da confederação sindical CGT, levou ao palco o exemplo de mulheres empregadas de limpeza que conseguiram melhorar as suas condições de trabalho após um período de greve, como exemplo da compensação de lutar pelos direitos laborais. Kante Salouf e D'Embelle Aboubacar empunharam em palco a bandeira e as reivindicações do seu movimento. O Colectivo de Trabalhadores Indocumentados trava uma luta pela legalização de centenas de pessoas que não o conseguem. São cerca de 200 trabalhadores da Chronopost, uma das maiores empresas de entrega de encomendas, subsidiária da Geopost, que faz parte do grupo La Poste, a segunda maior rede da Europa, que estão em greve à porta das suas instalações.

Para Mathilde Panot, a vitória da UN será a negação dos princípios basilares da República

Os comunistas e socialistas que presidem às autarquias de Ivry-sur-Seine, Le Kremlin-Bicêtre, Gentilly-Este e Vitry-sur-Seine Nord, o círculo eleitoral pelo qual se candidata Panot, reforçam a pretendida imagem de união. Os temas e os alvos não diferem em nada. Os alvos são Marine Le Pen e Emmanuel Macron, porque na NFP há a convicção de que ambos representam as duas faces de uma mesma moeda neoliberal, que ataca o serviço público, degrada as condições de vida e que estão ao serviço das classes mais favorecidas. O prazo de duração desta união de esquerda é uma incógnita, mas é inegável que os partidos envolvidos foram extremamente rápidos a reagir à dissolução do Parlamento, na própria noite das eleições europeias de 9 de Junho.

Macron deve ter sido duplamente surpreendido. Primeiro, pela hecatombe nas urnas. Depois, com uma união de esquerdas, de todo improvável face às enormes clivagens entre todos eles, nomeadamente nas questões externas. O simbolismo da frente popular antifascista liderada por León Blum e a ameaça de um governo dirigido por controlo remoto por Marine Le Pen foram



TERESA SUAREZ/EPA

ente Popular

mais fortes. Tal como a "geringonça" portuguesa criou curiosidade e vontade de ser replicada em outros países, também há quem olhe para esta coligação interrogando-se se a mesma, em caso de sucesso, pode ser uma solução a ter em conta para travar a ascensão da extrema-direita ao poder.

A união momentânea, a duas voltas, não consegue esconder, todavia, algumas divergências. O ex-presidente socialista François Hollande, candidato a deputado em Corrèze, tem dito claramente a Jean-Luc Mélenchon, líder da França Insubmissa, que não acalente a ideia de ser primeiro-ministro em caso de vitória da NFP e que, se quer ser útil à coligação, "deve ficar calado". Hollande, que afasta a vontade de ocupar o lugar de primeiro-ministro, diz que o nome de Mélenchon causa ainda mais repulsa do que os de Le Pen ou de Jordan Bardella, o líder da União Nacional

Quem tem contribuído para o equilíbrio de egos, que são também fortes divergências ideológicas, é o ex-líder socialista e ex-primeiro-ministro, autor da coligação Esquerda Plural. Lionel Jospin considera absurda a dissolução da Assembleia Nacional, classifica-a como uma decisão "solitária, incompreensível e aventureira", que surpreendeu e desagradou aos seus apoiantes, e antevê que a principal vítima destas eleições seja o próprio campo presidencial. As sondagens colocam o macronismo como terceiro bloco eleitoral, que assim não só perde a maioria relativa, mas inicia também uma problemática coabitação com um dos dois outros blocos.

A Nova Frente Popular mudou o seu *slogan* de "para mudar tudo" para "pronto para mudar tudo". A NFP não é a única a querer fazê-lo. Até que ponto vai mudar este país não é uma pergunta que seja exclusiva dos franceses.

Para cargo de primeiro-ministro

Esquerda descarta Mélenchon e escolherá um líder "consensual"

António Rodrigues

Um casamento de conveniência não é uma história de amor. A coligação partidária da esquerda francesa, a denominada Nova Frente Popular (NFP), composta pela França Insubmissa (LFI), Os Ecologistas, o Partido Comunista (PCF) e o Partido Socialista e apoiada por outras pequenas formações políticas, está longe de ser uma aliança entre mútuos admiradores (por exemplo, um mar separa a França Insubmissa dos Socialistas, que foram poder durante anos e hoje são um pequeno partido: Anne Hidalgo teve 1,75% nas presidenciais de 2022).

A França Insubmissa é o seu trunfo e o seu calcanhar de Aquiles, com Jean-Luc Mélenchon, o líder de 73 anos, como principal alvo das críticas da extrema-direita e de Emmanuel Macron, tendo emergido mais uma vez a acusação de anti-semita nesta campanha. A dubiedade das intervenções de Mélenchon não ajudam no afastar do foco das críticas do líder d'A Frente Insubmissa, nomeadamente no que diz respeito a quem será o primeiro-ministro em caso de vitória da coligação de esquerda.

Não sendo Mélenchon, que de salvador da esquerda passou a ser visto como um lastro negativo da coligação de esquerda, poderá ser outro dos dirigentes do seu partido, como Manuel Bompard, Mathilde Panot, Clémence Guetté, Éric Coquerel ou Younous Omarjee? Será alguém das outras três principais formações? Ou de um partido mais pequeno de esquerda ou mesmo sem ligação partidária?

O que se sabe é que quando, no calor do debat,e Mélenchon deixa escapar que tem "intenção de governar", todos os outros partidos são obrigados a vir a público afirmar que isso não é assim, que o primeiro-ministro sairá de um consenso, e o próprio líder da LFI surge depois a garantir que se trata apenas de "um mal-entendido completo desde o princípio". Na segunda-feira, na France 2, garantia: "Não sou candidato a nada."

"Queremos uma maioria o mais alargada possível, o que significa que temos de chegar a um consenso. Vamos dialogar até chegarmos a uma solução que agrade aos quatro partidos", afirmou Marine Tondelier no princípio desta semana, citada pelo diário *Sud Ouest*. A líder dos Ecologistas falou em escolher uma "personalidade apaziguadora", algo que logo à partida exclui Mélenchon, que não parece contar com a capacidade de serenar ânimos entre as suas qualidades políticas.

"Não é nada contra Jean-Luc Mélenchon, mas os nossos adversários políticos estão a usar esse espantalho para minar a nossa credibilidade", acrescentou. Para que não houvesse dúvidas, Marine Tondelier disse à AFP: "[Mélenchon] não é o líder da NFP e não será primeiro-ministro."

Na quinta-feira, aos microfones da Europe 1, Léon Deffontaines, porta-voz dos comunistas, também fez questão de garantir que a escolha da esquerda não recairá em Mélenchon: "Penso que todos os líderes dos partidos da NFP foram bastante claros: a pessoa que será primeiro-ministro, se a Frente Popular obtiver a maioria, será uma pessoa mais consensual."

Deffontaines mencionou o nome do deputado comunista Fabien Roussel como alguém que poderia suscitar esse consenso nos quatro partidos. O nome de Lauren Berger, antigo líder da central sindical Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), também foi sugerido, algo que o próprio já descartou: "Não é isso que eu quero. A minha vida, tal como está, mesmo a nível profissional, é uma vida que me satisfaz. Aquilo que quero é não viver num país governado pela União Nacional."

Porta-voz dos comunistas franceses deixou clara a posição que nunca apoiariam Mélenchon

Outro nome falado é o de François Ruffin, que em 2017 criou um pequeno partido de esquerda chamado Picardie debout! integrado na LFI, mas é um crítico de Mélenchon e enfrenta uma difícil batalha para conseguir eleger-se deputado em Soma, círculo eleitoral do Norte de França onde a RN conseguiu 44% dos votos nas europeias de 9 de Junho. Ruffin espera um "milagre", mesmo que não seja os 61% com que foi eleito em 2022, pelo menos que dê para vencer na segunda volta.

Ruffin, que uma sondagem do *Les Echos* colocava como mais popular do que Mélenchon entre os eleitores de esquerda, rompeu com a direcção da LFI e com o seu líder, a quem classificou, em declarações ao canal TF1, como "um obstáculo à vitória da Frente Popular".

No entanto, a julgar pelas mesmas sondagens, os quatro partidos terão pouco para discutir porque as intenções de voto na NFP parecem ter chegado a um planalto que não dá para alcançar a União Nacional (RN). O partido de extrema-direita de Marine Le Pen mantinha-se destacado na liderança da sondagem do *Les Echos* na sexta-feira e a da Franceinfo de quinta.

No barómetro do *Les Echos*, a RN aparecia com 37%, mais dois pontos percentuais do que há uma semana, enquanto a NFP tinha 28% das intenções de voto, exactamente o mesmo que tinha sete dias antes, e a maioria presidencial perde dois pontos percentuais e surge com 20%. Na sondagem da Franceinfo, a RN, com o apoio da franja dos Republicanos aliados a Éric Ciotti, surgia com 36%, contra 29% da LFI, seguido do campo presidencial com 19,5% e dos Republicanos com 8%.

GUILLAUME HORCAJUELO/EPA



Jean-Luc Mélenchon, líder do movimento França Insubmissa

Jordan Bardella

O "grande substituto" marcha dos "Subúrbios Patrióticos" para Matignon



Perfil

Leonete Botelho

Aos 28 anos, o "filhote de leão" protegido de Marine Le Pen promete coabitação difícil com Macron, em Paris como em Bruxelas

Nas vésperas da vitória nas eleições europeias de Junho, o partido de direita radical populista francês União Nacional (UN) organizou um seminário sobre "o perigo do wokeismo". A estrela do evento era o presidente do partido e cabeça de lista, Jordan Bardella, e nele participaram diversos intelectuais de direita que se insurgiram contra aquilo a que chamam uma "neurose importada" que "pretende subverter a nossa ideia de género" e "fazer-nos sentir culpados" pela história da França como potência colonial.

Não admira. O "grande substituto", como lhe chama o jornalista Pierre-Stéphane Fort, no livro sobre a "face oculta" de Bardella publicado em Maio, é admirador da teoria da grande substituição. E embora não o verbalize – por ser "um conceito muito intelectual" –, sugere que foi isso que o levou a aderir, aos 16 anos, ao movimento juvenil da Frente Nacional (FNJ), quando ainda vivia em Seine-Saint-Denis, o subúrbio de Paris onde germinou o seu nacionalismo férreo.

"Experimentei até ao âmago a sensação de me tornar um estrangeiro no meu próprio país. Vivi a islamização do meu bairro", afirmou no início de Junho. "Se for primeiro-ministro, serei o de uma França que reduzirá drasticamente o fluxo migratório", garantiu esta semana no debate televisivo com os seus principais opositores. "Não é compreensível que estrangeiros em situação irregular beneficiem de todos os nossos apoios sociais. Há milhares de franceses que não reconhecem a França actual", argumentou.

Nascido em 1995, Bardella recorda que cresceu junto de pessoas de várias etnias, algumas ligadas ao tráfico de droga que faziam do seu bairro um palco de violência entre *gangs*.

Em Janeiro de 2016 – já como secretário departamental do partido a que aderira em 2012 –, Bardella lança a organização "Subúrbios Patrióticos", com a qual procurava "romper com a política da cidade e chegar aos eleitores nos territórios esquecidos da República". "Saint-Denis foi decisiva para a minha decisão de me envolver politicamente", dizia ao *Der Spiegel* em 2019.

Desde então, o jovem Bardella, de 28 anos, sem nenhuma formação académica superior, depois de ter abandonado o curso de Geografia na Sorbonne para se dedicar à política radical, viveu uma ascensão meteórica. Primeiro à sombra de Marine Le Pen e agora, mais popular do que ela, está às portas de Matignon, a residência oficial do primeiro-ministro de França, onde ameaça ser "intransigente" com Emmanuel Macron e atrapalhar as decisões de Bruxelas.

Genro ideal ou concha vazia?

Já o chamaram 'ciborgue', pela sua disciplina e método; é conhecido como "o genro ideal", por ser um líder de extrema-direita que não parece de extrema-direita, que evita usar expressões grosseiras que o possam denunciar como xenófobo, antidemocrático ou racista. Além disso "ele é jovem, ele é bem-parecido", como sublinhou Marine Le Pen no momento da investidura do "filhote de leão" que escolheu para a substituir na presidência do partido.

Mas também há quem o veja como um oportunista pela forma como se ligou à família Le Pen, incluindo a relação com a filha de um veterano da FN, Frederick Chatillon. "A minha teoria é de que ele olhou ao redor do mundo político e identificou o lugar em que havia mais chances de subir na hierarquia", afirmou ao *Le Monde* Chantal Chatelain, professora que dava aulas na sua escola, em Saint-Denis.

E há quem o aponte como uma "concha vazia", como Pascal Humeau, profissional de *media training* que trabalhou com Bardella durante quatro anos e ajudou a construir a narrativa do menino simples do subúrbio, sem curso superior mas preparado, que se tornou um *influencer* das redes sociais e presença assídua das televisões. Em *O Grande Substituto*, Pierre-Stéphane Fort diz que praticamente nada do que hoje constitui a imagem de Bardella nas redes e que gera grande identificação por parte dos jovens é verdadeiro.

"Napoleão disse que crescemos depressa no campo de batalha e eu herdei a resiliência de Marine le Pen", dizia Bardella em 2022

Para os seus 1,7 milhões de seguidores no TikTok – mais 400 mil do que tinha antes das europeias –, isso parece ter pouca importância, assim como para os franceses mais velhos e conservadores que foi conquistando a beber copos em feiras. Facto é que, aos 28 anos, está prestes a tornar-se o mais jovem primeiro-ministro da Europa neste século e no passado, batendo Gabriel Attal, o "mini-Macron" que tinha 34 anos em Janeiro passado, quando o Presidente francês o indigitou para o cargo, e até o austríaco Sebastian Kurz, que se tornou chanceler com 31 anos.

"Napoleão disse que crescemos depressa no campo de batalha e eu herdei a resiliência de Marine Le Pen", garantia Bardella, por altura das últimas legislativas (2022), citado pela Bloomberg. "Uma vez lançado, não podes parar enquanto não tiveres percorrido o caminho todo até ao fim", afirmou ao *Le Monde* nesse mesmo ano, nas vésperas de se tornar o primeiro não-Le Pen a assumir a liderança da Frente Nacional (agora UN). O céu é o limite, e Bardella ainda não chegou ao Matignon, mas já faz mira ao Eliseu (sede da Presidência francesa).

"Intransigente" com Macron e a UE

Mesmo antes de ser eleito, o político da direita nacionalista, a favor da segurança e da ordem e de leis mais restritivas em matéria de imigração, já desembainhou a espada contra Macron e a UE. Não só quer abolir o *jus soli* (direito de acesso à nacionalidade de quem nasce em território francês, em vigor desde o séc. XIX), cuja consequência directa será acabar com a dupla nacionalidade, como quer reverter o Pacto de Asilo e Migrações.

Na economia, as suas propostas de baixar o IVA na energia, gás e combustíveis e impor o IVA zero para produtos essenciais, de isentar de impostos os jovens abaixo dos 30 anos e baixar a idade da reforma já vinham assustando os mercados. Mas tudo piorou esta semana quando, em entrevista ao *Financial Times*, prometeu utilizar o "peso" da provável vitória da União Nacional para reduzir em dois mil milhões de euros as contribuições da França para o orçamento da UE. "Quero obter

MOHAMMED BADRA/EPA



um desconto", disse.

Na Defesa, defende que as armas nucleares francesas só possam ser utilizadas para a defesa da própria França, diz que não permitirá que se forneçam mísseis de longo alcance à Ucrânia e que o envio de tropas para o país devastado pela guerra é "uma linha vermelha", num ataque directo às posições de Macron.

Como se não bastasse, nos últimos dias reivindicou para si, enquanto provável primeiro-ministro, o poder de indicar o comissário de França na Comissão Europeia, fazendo antever uma longa batalha com o Presidente, que tem o domínio reservado da política externa do país. E é assim que o jovem político em linha ascendente Bardella desafia um Presidente enfraquecido por duas derrotas eleitorais no plano interno como internacional.

Macron "corre o risco de se tornar um Presidente impedido, com um governo que pode contradizê-lo", avisa Pascale Joannin, da Fundação Schuman, citado pelo Politico. "Isso poderia levar a uma política caótica e minar a influência da França na Europa", acrescenta. Avizinha-se uma coabitação de combate e Bardella diz-se "pronto" para tudo.

Programa eleitoral

Extrema-direita quer sossegar eleitores com uma "ecologia do bom senso"

Clara Barata

Blendecques, no Norte de França, foi uma das povoações mais atingidas pelas inundações históricas que atingiram a região de Pas-de-Calais, em Novembro de 2023. Numa povoação de 5000 habitantes, cerca de 900 casas sofreram danos. Perante uma catástrofe que se pode associar às alterações climáticas, seria legítimo pensar que o Partido Ecologista Os Verdes tivesse aqui uma boa votação. Mas não, conta o *Le Monde*. O favorito é a União Nacional de Marine Le Pen, o partido de extrema-direita que pode vir a formar governo após as legislativas que têm a primeira volta hoje, e cujas ideias vão em contramão à defesa do clima.

"Os deputados da extrema-direita [na Assembleia Nacional, em França, e no Parlamento Europeu], eles falam das leis de ambiente e clima como punitivas, e não como ferramentas para ter um futuro melhor", disse ao PÚBLICO Gaïa Febvre, responsável pelas políticas internacionais na Rede de Acção Climática, que federa associações francesas empenhadas numa transição ecológica justa.

A União Nacional fez dessa denúncia da "ecologia punitiva" uma arma eleitoral. Marine Le Pen diz aos eleitores que a União Europeia "quer obrigar-vos a mudar, quase de um dia para o outro, a caldeira de aquecimento e gastar 15 mil euros", ou que ordena "diminuições autoritárias das superfícies agrícolas". Serviu para ganhar as eleições europeias, com o dobro da votação da esquerda e da formação do Presidente Emmanuel Macron, se consideradas juntas.

Não é que o partido de extrema-direita ignore as questões ambientais. Afinal, um estudo de opinião Ipsos para o BNP Paribas, de Abril, feito em 11 países, entre os quais a França (Portugal não) revelava que 70% dos 10.400 europeus ouvidos se confessam ansiosos perante as alterações climáticas e as suas consequências.

"A nossa família política cometeria um erro se se comportasse de forma tão cega perante a questão ambiental como a esquerda o faz há 30 anos com a imigração", salientou Jordan Bardella, o jovem presidente da União Nacional (28 anos) e candidato a primeiro-ministro, numa entrevista à revista *Valeurs Actuelles*.

O que o partido de extrema-direita que as mais recentes sondagens dizem poder arrebatar 37% do voto na primeira volta faz é pugnar por uma "ecologia do bom senso", o que quer dizer, na verdade, pouco de ecologia. Quando os cientistas e outros sectores da sociedade falam da necessidade de urgência para lutar contra a crise climática e de biodiversidade, a União Nacional quer sossegar as pessoas.

Propõe medidas favoráveis à continuação do uso de combustíveis fósseis, em vez do seu abandono – como "renunciar à interdição" da venda de viaturas novas com motor de combustão a partir de 2035, uma decisão europeia, e acabar com as zonas de emissões reduzidas nas cidades. Deixaria cair também a obrigação de melhorar a eficiência energética dos edifícios. Baixar o IVA sobre "o conjunto dos produtos energéticos" em 5,5% é uma das medidas de emergência que propõe, se o partido formar governo.

"Temos de eliminar gradualmente a dependência dos combustíveis fósseis, como foi decidido na COP28, mas a extrema-direita não está nesta linha. Parecem estar no passado", comentou Gaïa Febvre.

Em Maio, o *Global Electricity Review* do *think-tank* Ember mostrou que as fontes renováveis ou limpas forneceram 30,3% da electricidade mundial no ano passado – incluindo o nuclear, considerado energia limpa. Mas quando a União Nacional fala em transição energética, o horizonte é distante. Querem construir mais 20 reactores nucleares, apostar no hidrogénio, energia geotérmica – tudo projectos cuja concretização é a longo prazo e insegura.

O programa eleitoral apresentado a 24 de Junho por Jordan Bardella é omisso sobre as energias renováveis, solar e eólica. Em vários países, Portugal incluído, a energia eólica representa já mais de 20% da electricidade produzida; em França, foi de 9,5% em 2023, porque tem muito nuclear. Mas o que a União Nacional tem defendido é mesmo o desmantelamento dos parques eólicos – em nome de uma vaga defesa da paisagem.

Marine Le Pen já defendeu uma moratória sobre as eólicas, e tem dito das turbinas que são "feias e inúteis". O sector das energias renováveis francês teme o pior.

Travam na transição

O percurso feito por França tem sido positivo. As emissões de gases com efeito de estufa diminuíram 5,8% entre 2022 e 2023 (menos 22,8 milhões de toneladas de CO_2 equivalente). Mas mesmo estando preocupados, os cidadãos parecem dispostos a aliviar os comportamentos que contribuem para travar as alterações climáticas, revela o inquérito Ipsos/BNP Paribas, o que pode ajudar a explicar o encantamento com o discurso da Uniao Nacional.

Em 2023, por exemplo, 77% disseram ter reduzido a climatização das suas casas; mas no inquérito de 2022 foram 80%. A inflação e o impacto económico projectado da transição energética estão a erodir o apoio. Se 64% dos franceses consideram que a transição pode ter um efeito positivo na sua qualidade de vida, 49% acham que pode ter efeitos negativos na economia e 66% sobre o seu poder de compra.

Vamos dar sempre ao mesmo ponto: a transição climática tem de ser solidária e justa. "Muitas pessoas têm raiva em relação à forma como Emmanuel Macron governou estes sete anos. Por isso estamos nesta situação de retrocesso", sugeriu Gaïa Febvre.

"Entendo. Não se trata apenas de uma questão climática. Trata-se de justiça climática, mas também de justiça social. As pessoas estão à procura de algo diferente, e sentem-se atraídas pela narrativa da extrema-direita", diz.

O que a União Nacional traz é certamente algo de diferente.

Abandono do Pacto Ecológico Europeu, da Estratégia do Prado ao Prato (para uma produção alimentar mais sustentável), é outra ideia que faz parte do programa do que pode ser o próximo partido de governo em França. São coisas que assustam os ecologistas franceses. "O meu medo é que não consigamos manter-nos no Acordo de Paris. São contra o progresso que já fizemos", adiantou Gaïa Febvre.

CHRISTIAN HARTMANN/REUTERS



União Nacional é contra a energia eólica, defende políticas que prolongam uso das energias fósseis

Espaço público

O SNS e os Longos Tempos de Espera Garantidos

Editorial



Andreia Sanches

Desde a pandemia que ouvimos este alerta: com os médicos assoberbados a tentar salvar doentes com covid-19, muitos casos de cancro ficaram por diagnosticar. Era necessário um esforço acrescido, à medida que a normalidade ia sendo retomada, para recuperar o tempo perdido, diagnosticar e tratar quanto antes.

O que aconteceu em Portugal foi que os tempos de espera para primeiras consultas de oncologia ou para cirurgias oncológicas dispararam. Um relatório da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) faz contas ao segundo semestre de 2023: os Tempos Máximos de Resposta Garantidos, conhecidos pela sigla TMRG, foram desrespeitados em 61,7% das primeiras consultas realizadas no SNS.

Mais: no final de 2023, 10.775 pessoas com suspeita ou confirmação de doença oncológica aguardavam ser atendidas, tendo sido ultrapassados os TMRG para 81,5%. E quanto às cirurgias oncológicas, mais de sete mil pessoas esperavam por uma, um quarto das quais há mais tempo do que o previsto na lei. O problema é transversal – os TMRG foram ultrapassados em quase 60% das consultas hospitalares das outras especialidades. O SNS tem uma resposta para quando se ultrapassam os limites: chama-se vale-cirurgia e encaminha as pessoas para outros hospitais, públicos ou privados. Só que poucos doentes os resgatam e as taxas de utilização são ainda mais baixas na oncologia: à volta de 5%.

A ERS avança explicações: "a relação de confiança" que o doente tem com o médico e o hospital que o acompanham; e a distância de casa dos hospitais alternativos que lhe são propostos. De resto, nos hospitais privados também há doentes que esperam mais do que o previsto na lei.

Independentemente das trapalhadas recentes à volta dos números das listas de espera, o retrato da ERS mostra bem por que razão a ministra da Saúde disse que os doentes com cancro têm de ter sempre prioridade e deu instruções aos hospitais para que todos os que já esperaram mais do que o previsto sejam operados até 31 de Agosto.

Mas o SNS não é elástico. É preciso melhorar o sistema de vales e levar a sério as razões pelas quais são tão rejeitados, para mais quando o executivo conta com eles para cumprir as suas metas. É essencial dar liberdade de escolha ao doente para que possa tratar-se onde achar melhor, como defendeu a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada.

A capacidade do SNS deve ser sempre usada ao máximo. E, até agora, o discurso do Governo tem sido nesse sentido. Mas a alternativa ao SNS, quando este é incapaz de responder, tem de ser robusta e dar garantias. Sob pena de, em vez de termos Tempos Máximos de Resposta Garantidos, continuarmos a ter Longos Tempos de Espera Garantidos.

A alternativa ao SNS, quando este é incapaz de responder, tem de ser robusta e dar garantias ao doente

CARTAS AO DIRECTOR

O novo Costa em Bruxelas

Como presidente do Conselho Europeu, a partir de Dezembro, António Costa vai pôr em prática toda uma acção revitalizadora dos instrumentos de mediação entre as diferentes sensibilidades da UE, onde aliás é dado a sentir-se como peixe na água. O país político apoia, no geral, António Costa, mas foram de Portugal que subsistiram as maiores dificuldades, que podiam ter inviabilizado a sua escolha. Até hoje, o processo que levou à sua demissão do Governo continua sem ser arquivado, não obstante a reconhecida falta de fundamentação das suspeitas atribuídas, e a qualquer momento poderia surgir transcrição de escutas, mesmo que descontextualizadas e sem relevância, como veio a acontecer no caso da demissão da ex-presidente da TAP. Por isso, as únicas dúvidas alimentadas, em Bruxelas, à volta da escolha de Costa resultaram de ecos vindos de Lisboa. Foi importante a aposta de Luís Montenegro. Mas o prestígio que resultou na escolha, pode o novo António Costa agradecê-lo mais aos pares internacionais do que a uma aposta desde logo ganha em Portugal.
Eduardo Fidalgo, Linda-a-Velha

A "sorte grande" saiu a António Costa

A democracia assenta a sua base estrutural na divisão de poderes: o legislativo, o executivo e o judicial. O poder judicial pode "atrapalhar" ou pregar "partidas" aos políticos em exercício de poder ao mais leve vislumbre de indícios que apontem para irregularidades, opacidades ou situações menos transparentes. Como se sabe, António Costa teve de se demitir no âmbito de uma investigação sobre eventuais crimes de corrupção relacionados com projectos de lítio e hidrogénio. Afinal, não houve nenhum crime de corrupção, ou seja, a montanha pariu um rato. Em certa medida o MP descredibilizou-se, como descredibilizada está a justiça em Portugal. O que é certo é que Costa estará à frente do Conselho Europeu nos próximos dois anos e meio. Enquanto foi primeiro-ministro, não resolveu os variados problemas que se arrastam, principalmente na Justiça, na Educação, na Saúde e noutros sectores e áreas. Apesar deste desempenho negativo, foi "recompensado" com o cargo de presidente do Conselho Europeu. Saiu-lhe "a sorte grande". Haverá assim tanto currículo, competência e charme para A. Costa ser presidente do Conselho Europeu?
António Cândido Miguéis, Vila Real

Os malditos da nação

De facto, todos os englobados no título acima epigrafado não têm medo dos tribunais, uma vez que a justiça não é igual para o pobre e para o rico. Eu fujo dos tribunais como o "diabo foge da cruz", mas há quem deles saia incólume, após avultados crimes cometidos. Vamos a mais um desses exemplos, que veio agora a público através da comunicação social escrita, que ainda vai descobrindo a 'carapuça' a tais conhecidos 'donos disto tudo'.

O caso prende-se com Ricardo Salgado, que, não tendo condições para exercer uma vida normal, acabou de vender um palacete em Cascais, por 14 milhões de euros. Como assim, se ele arruinou a vida de milhares de pessoas, e ainda não foi preso e todos os 'seus' bens confiscados?
José Amaral, Vila Nova de Gaia

Porque cresce a direita extrema em França?

Excelente artigo da Clara Ferreira Alves (C.F.A.) no *Expresso*. Começa a falar de Bordéus e de França no que parece mais um artigo de viagens e termina a explicar como uma cidade magnífica (Bordéus). no espaço de cinco anos se pode transfigurar para muito pior, porque o poder local foi tomado por um sujeito meio anarquista, que detesta o capitalismo e está sobretudo interessado em promover festivais tipo "multiculturais", com gente da América do Sul e África, enquanto a cidade definha e muda para muito pior. A C.F.A. acha que Bordéus vai agora votar em Le Pen... quando dantes votava ao centro. Se isso se confirmar, temos aqui uma linha de explicação para o crescimento dos partidos de direita extrema. À atenção de Portugal e dos portugueses.
Fernando Vieira, Lisboa

Pôr ordem na casa

Rita Júdice, ministra da Justiça, afirmou que o novo procurador-geral da República deve pôr a casa em ordem. Se for para dar melhores condições de trabalho aos inspectores que lutam contra a corrupção e o tráfico de influências, concordo plenamente. Ao invés, se as mudanças que Rita Júdice propõe vão colocar a classe política numa redoma evitando que sejam investigados, então a Justiça é forte para com os fracos e fraca para com os fortes. A Procuradoria-Geral da República não pode depender do poder político reinante.
Ademar Costa, Póvoa de Varzim

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

Alguns homens perdem a saúde para alcançar dinheiro; e depois perdem o dinheiro para alcançar saúde

Noel Clarasó (1899-1985), escritor espanhol

O NÚMERO

81%

dos doentes de cancro estavam à espera de consulta já fora do tempo aceitável no final de 2023

Um telemóvel é uma escadaria

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Outra grande vantagem dos telemóveis é a destreza que dá a quem os usa. Antes de haver telemóveis, as pessoas que não liam não liam nada.

Não olhavam para teclados. Não aprendiam a fazer *copy/paste* ou a usar o Google. Mas hoje toda a gente sabe manusear um telemóvel e pô-lo a fazer aquilo que se quer que faça.

Já o meu desafio é escrever crónicas que comecem com as palavras "Outra grande vantagem do telemóvel é..."

Uma das tarefas mais difíceis dos professores é despertar a curiosidade das crianças. Os temas não interessam absolutamente nada. O que interessa é pôr a curiosidade a funcionar. A curiosidade é uma locomotiva que dura a vida inteira e puxa muitos comboios.

Os temas oficiais são sempre assustadores, até por serem oficiais. São apresentados como meritórios e dignos de estudo: haverá recomendação mais desmotivante para uma criança com uma cabeça novinha em folha para estrear?

Para despertar a curiosidade, os professores têm de ser ardilosos. Um truque muito antigo é dizer "Ninguém sabe". Por exemplo: "Ninguém sabe quem inventou a pastilha elástica." O objectivo é que uma dessas crianças use o intervalo e o precioso telemóvel para ir à Wikipedia averiguar o que se sabe sobre a pastilha elástica.

A pastilha elástica não interessa – embora eu tenha ficado com o nome de John B. Curtis pendurado por falta de seguimento.

O que interessa é o ir ver e o querer ir ver e, depois de ter ido, a descoberta de que vale a pena ir ver o que se quer saber. Mesmo que nunca se descubra aquilo que se queria descobrir, aprendem-se muitas outras coisas que, de outra maneira, jamais se aprenderiam.

É o inesperado que fixa a curiosidade, reforçando-a. É o chuto que tira partido da ignorância, substituindo-a por prazer.

Cada telemóvel é uma escadaria para fugir da ignorância, do destino, do enclausuramento, da disciplina imposta pelos outros, da monotonia.

E os nossos dedos são pernas, a ganhar velocidade quanto mais vão subindo.

ZOOM WASHINGTON D.C., ESTADOS UNIDOS

NATHAN HOWARD/REUTERS



Lutadores de sumo frente ao Lincoln Memorial, em Washington D.C., Estados Unidos, anteontem, 28 de Junho, durante um passeio pela cidade antes da sua participação na demonstração Sumo+Sushi marcada para essa noite

P

publico.pt




Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

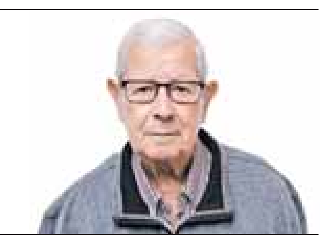
Membro da APCT Tiragem média total de Maio **18.733 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

Teologia sem arrogância



Frei Bento Domingues O.P.

Para Santo Anselmo, a fé não paralisa a inteligência, ela é, antes, uma provocação, uma excitação. A Teologia é a fé que procura entender

1. A prática da Teologia cristã não é nem devia ser nunca privilégio do clero nem exclusivo dos homens. Hoje, o pluralismo teológico já se apresenta como um dado adquirido e irreversível.

A própria Comissão Pontifícia Bíblica elaborou um documento notável – a que já me referi várias vezes – sobre a interpretação da Bíblia na Igreja e as suas diversas abordagens. Os sofrimentos do padre Marie Joseph Lagrange, OP (1855-1938) foram, de certo modo, compensados.

É preciso nunca esquecer a recomendação de S. Pedro, dirigida a todos os cristãos: "Estai sempre prontos a dar razão da vossa Esperança a todo aquele que vo-la pede; fazei-o, porém, com mansidão e respeito, isto é, sem arrogância" [1].

É atribuída a Santo Agostinho (354-430) uma fórmula que coloca a prática teológica onde deve ser colocada, no interior da fé, na adesão cogitante ao mistério de Deus, mistério do mundo. "Não queiras entender a realidade de Deus para crer; crê para que possas entender. Se não crês, não entenderás. Já o Salmo 39 exprimia este modo teologal de aderir ao Deus de toda a Luz: é na Tua luz que vemos a luz" [2].

Para Santo Anselmo (c. 1033-1109), a fé não paralisa a inteligência, ela é, antes, uma provocação, uma excitação. A Teologia é a fé que procura entender (*Fides quaerens intellectum*).

Por outro lado, o terminal da fé não são os enunciados do Credo, mas a própria realidade de Deus. Os enunciados do Credo são apenas mediações para esse encontro – existem muitas outras [3]. Aliás, de Deus tanto mais sabemos quanto mais nos apercebermos que excede tudo o que Dele compreendemos. A linguagem metafórica é a que mais convém usar e as metáforas serão tanto melhores quanto maior salto provocarem, quanto maior ruptura exigirem [4].

A Teologia deve tornar sabidas as coisas que eram apenas acreditadas. Importa mostrar como é que é verdade aquilo que se confessa ser verdade. Sem isso, a fé é documentada, mas a cabeça fica vazia [5]. A fé cristã não é visão, mas cogitação, mesmo depois da mais firme aceitação. A fé cristã não é um calmante, mas um excitante [6].

2. Em Portugal, desde 1910 até 1968, não existiu nenhuma faculdade de Teologia reconhecida pela Igreja Católica. O catolicismo português dispensou a teologia universitária. É estranho, mas foi mesmo assim.



MATILDE FIESCHI

Significaria isto que não havia prática teológica em Portugal? Não conheço estudos sobre o género de teologia desenvolvida nos seminários maiores do país, embora seja de supor que passou por diversas fases e que não foi da mesma qualidade em todos eles. Qual seria, por outro lado, o suporte teológico dos movimentos laicais, nomeadamente, da Acção Católica? Também esta situação precisa de ser investigada.

Na primeira parte do século XX – tirando a importantíssima controvérsia em torno da *Voz de Santo António* –, o grande contributo, testemunhado em escritos, da teologia extra-universitária foi sobretudo o de Joaquim Alves Correia (1886-1951) [7].

O *Anuário Católico* refere 23 centros/escolas de formação de agentes de Pastoral. Não conheço nenhuma avaliação da sua qualidade. O caso do Centro de Cultura Católica do Porto, o mais antigo, fundado em 1964, é também o mais conhecido. A sua criação soube beneficiar do ambiente do Vaticano II e teve um grande impacto na renovação da Igreja diocesana, nas relações entre Igreja, sociedade, movimentos populares e política nacional. Tinha o seu bispo, D. António Ferreira Gomes, no exílio.

Além dos cursos regulares de Teologia e Ciências Religiosas, ficaram célebres os seus cursos especiais, com temáticas precisas, ligadas à situação de um país em guerra, assim como os vários ciclos de conferências e colóquios com a participação de nomes bem conhecidos, alguns deles grandes nomes da investigação teológica internacional, como E. Schillebeeckx, H. Küng, B. Häring, J. Daniélou, entre outros. Conheci e participei, nessa fase, em algumas das suas iniciativas de teologia encarnada nas questões mais acesas do país.

Maria Julieta Mendes Dias, uma teóloga feminista, fez uma investigação sobre *A Teologia Católica em Portugal de 1910 à Actualidade,* no âmbito da Licenciatura de Ciência das Religiões, da Universidade Lusófona. Grande parte dessa investigação refere-se, precisamente, à teologia extra-universitária.

Catarina Silva Nunes, na sua tese de doutoramento [8], recolheu e estudou o que personalidades, movimentos e instituições pensavam sobre os intelectuais católicos portugueses. Os grupos estudados e respectivas publicações foram: Instituto S. Tomás de Aquino (ISTA); secção portuguesa do GRAAL; Centro de Reflexão Cristã (CRC); Movimento Católico de Estudantes (MCE); Metanoia - Movimento Católico de Profissionais.

3. O que verdadeiramente faz falta não é, apenas, a referência a algumas publicações sobre a teologia portuguesa extra-universitária. Importante seria estudar os seus documentos. Eu próprio fiquei espantado com a qualidade teológica dos muitos textos do *Boletim do ISET*, da *Revista do CRC*, sem esquecer o período da *Revista* e *Colóquios Igreja e Missão* dirigidos pelo P. Anselmo Borges.

O grande marco do catolicismo do século XX foi o Concílio Vaticano II (1962-1965). D. Manuel de Almeida Trindade (1918-2008) dizia que, em Portugal, não foi preparado, não foi seguido nem aplicado. Não se pode esquecer, porém, que a revista internacional *Concilium*, na sua primeira fase, foi traduzida e editada em Portugal, tendo na sua direcção o frei Mateus Peres, OP. Ficaram célebres alguns debates que provocou. Em contraste com a revista *Concilium,* foi editada a revista internacional *Communio* com certa autonomia em cada país.

Sem investigação histórica, não compreenderemos o que aconteceu nem o que está a acontecer. No entanto, para se manter viva e actuante, a prática teológica tem de procurar *o sentido do que está, hoje, a acontecer* na sociedade, nos movimentos espirituais e nas igrejas. Isto exige um grande espírito de escuta e de acolhimento.

Voltando à Carta de S. Pedro, todos devemos estar prontos a dar razões da nossa Esperança. Sem arrogância.

[1] 1Pd 3, 15-17

[2] Sl 36, 10

[3] S. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II-II q. 1, a. 2, ad 2.º

[4] *Ibidem*, I q. 1, a.9

[5] S. Tomás de Aquino, *Quodlibet*, IV, q. VIII, a.XVIII

[6] S. Tomás de Aquino, C. G. III, c.40

[7] Cf. *A Largueza do Reino de Deus*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1931; *De que Espírito Somos*, Lisboa, Portugália Editora, 1933; *O Cristianismo e a Mensagem Evangélica*, Lisboa, Cosmos, 1941; *Cristianismo e Revolução*. Selecção de textos e coordenação de Anselmo Borges, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977. A sua biografia mais completa é de Francisco Lopes, *Pe Joaquim Alves Correia – Ao Serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa, Rei dos Livros, 1996.

[8] *Compromissos Incontestados. A Auto-representação dos Intelectuais Católicos Portugueses,* Lisboa, Paulinas, 2005.

Escreve ao domingo

Le Pen é nacionalista: não gosta da União nem da NATO

Sem fronteiras



Teresa de Sousa

A França entra em território desconhecido. A Europa arrisca-se a entrar também

1. No dia em que quase 50 milhões de franceses vão às urnas na primeira volta das eleições legislativas – a segunda é no próximo domingo –, muita gente se interroga sobre que efeito terá um eventual Governo liderado pela União Nacional de Marine Le Pen sobre a União Europeia, a sua agenda política e o funcionamento das suas instituições. Sabemos que, em França, as políticas externa e de defesa são tradicionalmente consideradas "domínio reservado" do Presidente e só haverá eleições presidenciais em 2027. Mas sabemos também que a política europeia determina boa parte da política interna dos Estados-membros e vice-versa. E sabemos ainda outra coisa: o modelo de "coabitação" entre duas cores políticas diferentes no Eliseu e em Matignon, que existiu no passado, não pode servir de exemplo. Hoje, pela primeira vez na V República, pode chegar ao Governo uma força política de extrema-direita com uma visão da Europa cujo historial não deixa ninguém descansado.

No debate que se trava hoje em Paris e em Bruxelas há, *grosso modo*, duas teses sobre o assunto. A primeira argumenta que o exemplo de Giorgia Meloni pode fazer antever que Le Pen vai querer seguir o mesmo modelo: não fazer demasiadas ondas em Bruxelas, nem seguir uma política de bloqueio como a que tem adoptado o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán. Meloni, cuja origem política está no movimento pós-fascista italiano, defende o apoio à Ucrânia e tem alinhado com as posições da União nas questões essências de política externa. A sua influência é, no entanto, manifesta nas políticas de imigração e asilo. Ursula von der Leyen não teve problema em deslocar-se à Tunísia na companhia da primeira-ministra de Itália para assinar com um Governo autocrático um acordo de retenção dos imigrantes e refugiados que querem chegar à Europa, até serem processados *in loco*, a troco de alguns milhões de euros. Conhecemos hoje as condições miseráveis em que muitos se encontram.

2. Há, no entanto, quem lembre que Le Pen e Meloni nem sequer fazem parte do mesmo grupo político no Parlamento Europeu – a primeira lidera o Identidade e Democracia, onde estão os partidos mais extremistas; a segunda, os Conservadores e Reformistas. Mas o que pesa mais na antevisão do comportamento de um Governo patrocinado por Le Pen é o historial das suas ideias sobre a Europa. A tese mais pessimista baseia-se nesse historial. A campanha eleitoral não foi esclarecedora. Jordan Bardella, o seu candidato a Matignon, evitou falar de política externa. Le Pen também não falou muito. Aprendeu à própria custa que a Europa lhe valeu, em boa medida, o fracasso da candidatura ao Eliseu contra Macron em 2017 e em 2022. E que o fraco resultado do seu partido nas eleições europeias de 2019 também se deveu à desconfiança dos franceses em relação à sua política europeia, demasiado próxima de um eventual "Frexit". Em 2022, a sombra das suas relações com Putin ou o financiamento russo ao seu partido foram-lhe particularmente nocivos. A guerra só veio tornar esta proximidade mais tóxica.

Como a generalidade dos seus correligionários europeus, deixou de defender o abandono da União, passando a preferir a transformação da União Europeia "por dentro", deixando as suas ideias pairar numa relativa nebulosa. O *site* da *Slate* resume bem esta "constante evolução." "Resolutamente contrário ao projecto europeu, o partido de Marine Le Pen aproxima-se dele a cada nova eleição. Em 1992, apelou ao 'não' no referendo ao Tratado de Maastricht. Em 2016, apresentou-se como a candidata do 'não' à União Europeia; depois, a partir de 2019, renunciou à defesa da saída, mas ainda recomendou o abandono do euro. Le Pen reconciliou-se posteriormente com a moeda única, mas ainda se mantém contra o princípio de livre circulação de Schengen."

Hoje, defende uma "aliança de nações europeias livres e soberanas", mas ainda não desistiu de pôr em causa o princípio da supremacia das leis europeias sobre as leis nacionais, não vê com bons olhos o alargamento a mais países, desconfia da Alemanha.

3. Nenhum destes temas ganhou relevância durante a campanha porque as sondagens dizem que a diplomacia é a sexta ou a sétima das preocupações dos eleitores, incluindo a guerra na Ucrânia. O custo de vida, a economia, a imigração, a insegurança e o ambiente são, por esta ordem, as questões que mais mobilizam os franceses.

Mas o mínimo que se pode admitir é que, nas questões essenciais da defesa e da política externa, um Governo da União Nacional irá criar fortes tensões com o Eliseu em questões tão vitais como a Ucrânia. A defesa é constitucionalmente do "domínio reservado" do Presidente, incluindo a força nuclear francesa. A política externa não o é na Constituição, mas sim na prática da V República desde o general De Gaulle, o seu fundador. François Heisbourg, especialista francês das questões militares e de defesa, admite numa entrevista ao *Le Monde* que "haverá fortes tensões no exercício do poder, com um ministro da Defesa que não seguirá forçosamente as orientações do Eliseu". A Ucrânia é o maior risco. "A União Nacional, se vier a ocupar Matignon, pode evitar apresentar-se abertamente como um instrumento de Putin, mas também é fácil de admitir que travará por todos os meios possíveis o compromisso da França com Kiev, nomeadamente no plano financeiro." Marine Le Pen já veio pôr em causa esta "tradição" francesa, dizendo que os poderes do Presidente na área da defesa são meramente simbólicos.



Estamos diante de uma situação nova, precisamente quando a Rússia é hoje uma ameaça directa à segurança europeia

4. Numa palavra, estamos diante de uma situação nova, precisamente quando a Rússia é hoje uma ameaça directa à segurança europeia. "Estamos hoje num conflito de 'zona cinzenta' em que a Rússia lança contra o Ocidente e, particularmente, contra nós, operações de influência, ciberataques, incluindo contra infr-aestruturas críticas, e uma guerra de informação", diz ainda Heisbourg.

E estamos a falar de um país central da integração europeia, segunda economia da União, o seu exercício mais poderoso, uma das duas únicas potências nucleares europeias, com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

5. Outro vector de preocupação são as relações com a Alemanha. Le Pen sempre considerou o eixo franco-alemão como uma "ficção". Em 2022, na campanha presencial, criticou a cooperação militar com Berlim, "que se afirma como o negativo absoluto da identidade estratégica francesa, fundada sobre a independência, a dissuasão e um modelo militar-industrial completo, de nível mundial." Para concluir: "Tendo em conta as diferenças estratégicas irreconciliáveis, poremos fim à cooperação com Berlim: nos aviões de combate, como o tanque do futuro".

No dia 23 de Junho, 170 diplomatas franceses publicaram no *Le Monde* um abaixo-assinado chamando a atenção para os perigos de uma vitória da extrema-direita: "Os nossos adversários vão ler essa a vitória como o sinal de uma França enfraquecida e um convite para a interferência nas políticas nacionais, a uma agressão contra a Europa, incluindo militar." Exagero? Talvez não.

Terá mudado assim tanto o pensamento de Le Pen? Provavelmente, não. O seu objectivo não é Matignon, mas o Eliseu. Não vai abrir demasiado o jogo da sua política europeia até ter ganho o prémio final. Mesmo assim, não vale a pena ter ilusões: os nacionalistas não gostam da Europa por definição. Kohl dizia com conhecimento de causa que "o nacionalismo é a guerra". A sua amizade com François Mitterrand partia deste forte entendimento comum sobre o qual foi construída a integração europeia.

6. À esquerda, a clareza também se faz notar pela ausência. O facto de os socialistas e os ecologistas terem firmado uma aliança eleitoral com a França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon não ajuda a tranquilizar os espíritos. Os dois partidos são absolutamente pró-europeus e pró-Ucrânia, com posições irreconciliáveis com as do líder da França Insubmissa, que quer a saída da França da NATO e que mantém uma certa ambiguidade em relação à Ucrânia. Como quase todos os partidos da esquerda radical, também defende "uma outra Europa" anticapitalista e antimilitarista. O programa eleitoral da Nova Frente Popular não faz qualquer menção à NATO, à América ou à China.

Em suma, a França entra em território desconhecido. A Europa arrisca-se a entrar também.


MOHAMMED BADRA/EPA

Jornalista. Escreve ao domingo

A nova vida de Rui Rio não passa pelo Palácio de Belém

O ex-líder do PSD não ambiciona regressar a um cargo político, mas não abdica da intervenção cívica, como atesta o seu envolvimento no Manifesto por uma Reforma da Justiça

Margarida Gomes

Deixou a liderança do PSD há dois anos com a garantia de que não voltaria à vida política, mas um ano depois Rui Rio regressou de uma forma inesperada à ribalta quando equipas da Polícia Judiciária (PJ) tocaram à campainha do prédio onde reside, no Porto, com um mandado para fazer buscas na sua casa. Em causa estava, segundo a PJ, o alegado pagamento de ordenados a funcionários do PSD com recurso a verbas da Assembleia da República que seriam exclusivamente destinadas a cargos de assessoria dos grupos parlamentares.

Na altura, a Polícia Judiciária alegou existirem "suspeitas de eventual prática de crimes de peculato e abuso de poderes (crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos)", referindo que o caso remonta a 2018 e que estava em causa "a investigação à utilização de fundos de natureza pública em contexto político-partidário".

Indignado com o aparato policial que se instalou, Rui Rio assomou à varanda da sua casa para glosar com a situação. Usou da ironia para responder às perguntas dos jornalistas, enquanto a PJ fazia buscas no interior da sua habitação. Questionado sobre se considerava que era o pior dia da sua vida, disse que sim, e acrescentou: "É, é. Nunca vi coisa tão má... Não posso estar tranquilo se vão descobrir tudo o que eu roubei. É o pior dia porque vão descobrir tudo o que eu roubei, percebe? Como é que estou tranquilo?..."

Por estes dias, o ex-líder do PSD voltou à ribalta, integrando o núcleo duro do "Manifesto por uma Reforma da Justiça em Defesa do Estado de Direito Democrático". O ex-presidente da Câmara do Porto foi um dos impulsionadores do documento que pede uma reforma na Justiça.

"O Manifesto dos 50 é para ter continuidade, não é um papel que se lançou e acabou", afirmou Rui Rio, acrescentando que a iniciativa "obriga a outras diligências, porque senão não há sobressalto" que acabe com a "preocupante inércia" dos agentes políticos relativamente à reforma da Justiça, como é defendido pelos subscritores.

A reforma da Justiça é uma das bandeiras do ex-líder social-democrata que, em 2015, ponderou liderar uma candidatura à Presidência da República, mas a três meses das eleições presidenciais acabou por renunciar a uma candidatura e reservar-se para uma nova oportunidade. Muitos dos seus apoios foram directamente para Marcelo Rebelo de Sousa.

Ao ficar de fora da corrida presidencial, o economista que governou a Câmara do Porto durante 12 anos concentra-se no seu projecto profissional, mantendo-se sempre à tona da água. Em Janeiro de 2018, protagoniza uma candidatura às directas do PSD e é eleito líder dos sociais-democratas, derrotando Pedro Santana Lopes. Mais tarde, em Novembro de 2021, é novamente eleito presidente do PSD, derrotando Paulo Rangel, actual ministro dos Negócios Estrangeiros.

Quando Luís Montenegro vence as directas, em Maio de 2022, contra Jorge Moreira da Silva, Rio anuncia que a sua vida política acaba com a eleição do novo presidente do PSD.

A um mês de fazer 67 anos, o social-democrata Rui Rio reposiciona-se como actor político. Aceita o convite do novo canal televisivo de informação NewsNow, do grupo Medialivre, onde tem um programa de autor que se chama *Sem Hipocrisia*. A escolha dos temas e os respectivos convidados é da sua responsabilidade.

"Aceitei este convite porque me identifico com o propósito deste novo canal de TV, que pretende elevar a qualidade da intervenção pública", declarou Rui Rio.

Assumindo-se como um homem de causas, o ex-autarca do Porto vai continuar a lutar por aquilo em que "acredita profundamente." "Rui Rio está a fazer um caminho de convicções e não um caminho que vá na direcção de Belém", disse ao PÚBLICO fonte do PSD, garantindo que Rio não tem ambições políticas.

O PÚBLICO sabe que Rui Rio afasta uma candidatura à Presidência da República – até porque não há nenhum movimento como aconteceu em 2015 – e que não tem nenhuma vontade especial de regressar a um cargo político, o que não quer dizer que vá prescindir da intervenção cívica sempre que assim o entender.



ADRIANO MIRANDA

Rui Rio completa 67 anos daqui a um mês

Rui Rio afasta uma candidatura à Presidência da República – até porque não há nenhum movimento como aconteceu em 2015

Líder da JSD quer que Governo vá “mais longe” na habitação

Entrevista

Liliana Borges

João Pedro Louro O novo líder da JSD, eleito com 81% dos votos, diz que chumbo do IRS Jovem pelo PS e Chega não será perdoado

Com 29 anos, João Pedro Louro só será líder da Juventude Social Democrata (JSD) durante um mandato. Ainda assim, traz uma empreitada de ambições. Depois de ter sido atirado para um lugar não-elegível nas legislativas, o líder dos jovens sociais-democratas diz que a sua relação com o líder do PSD é boa e que até o ajudou a chegar a primeiro-ministro. Diz que o PSD deve privilegiar uma relação com PS e IL e espera que o Governo vá mais longe nas respostas à crise de habitação. Acha que a despenalização da eutanásia deve ser referendada, mas quer ver o PSD dar um passo em frente na semana de quatro dias.

Na moção que apresentou no 28.º congresso da JSD, que confirmou com a sua eleição, avisava que o Governo ganhou por “uma margem estreita” e é preciso “unir as diferentes sensibilidades”...

Tanto o resultado das eleições legislativas como o resultado das europeias mostram um país dividido. Isso exige uma grande capacidade e responsabilidade por parte do Governo, de dialogar, procurar entendimentos e relacionar-se com outros partidos, nomeadamente os partidos democráticos, para construir soluções. Para bem do país e da democracia, existem alguns compromissos de regime que devem ser levados a cabo com o PS, como, por exemplo, a reforma da Justiça, que é urgente, necessária e em que parece haver um entendimento entre ambos para se sentarem e dialogarem em prol de uma melhor justiça, algo que vejo com bons olhos.

Exclui algum partido dessas negociações?

Face aos resultados, o partido com o qual o PSD deve procurar dialogar mais é o PS. Outros partidos podem ter propostas e ideias que podem ser acolhidas pelo Governo. Parece-me que os parceiros preferenciais para o Governo serão o PS e a IL.


FILIPE AMORIM/LUSA

Afasta o Chega...

Sim. Parece-me que, na política de alianças do PSD, o Chega não se enquadra no que são os valores e princípios do PSD. Parece-me mais difícil entender um entendimento estrutural.

Como um entendimento sobre uma revisão constitucional? Acredita que o sistema eleitoral deve ser alterado?

Reconheço que a curto prazo possa ser difícil falar numa revisão constitucional, mas isso não retira a pertinência de existir essa reflexão. Estamos preparados para essa discussão. Queremos dar um modelo alternativo ao dia da reflexão. Já não faz sentido existir um dia em que se proíbe as pessoas de participarem e de abordarem o tema das eleições. Também queremos ver discutido um modelo alternativo que permita, por exemplo, dois dias de votações para combater a abstenção.

E também defende a limitação de mandatos de deputados. Porquê?

Para renovar os representantes que exercem cargos políticos, abrindo espaço a uma maior representatividade nos centros de decisão. Há uma sub-representação estrutural dos jovens em todos os centros de decisão. É preciso aumentar essa voz e representação.



Os parceiros preferenciais para o Governo são o PS e a Iniciativa Liberal

Por falar em representação, chega à liderança da JSD sem estar no Parlamento, ao contrário do líder da JS. Sente-se em desvantagem?

Rejeito completamente a ideia de estar fragilizado por não estar no Parlamento. A JSD tem deputados e até tem mais do que a JS ou do que qualquer juventude partidária, mas que, a meu ver, deveria ser ainda maior. O trabalho da JSD não se esgota na Assembleia da República. Quando Luís Montenegro se tornou líder do partido, também não estava no Parlamento. Pode ser um bom presságio.

Apesar da disponibilidade na JSD, Montenegro escolheu um jovem de fora para liderar a lista da AD nas europeias...

Privilegiamos qualquer jovem. Quando falamos do objectivo de aumentar a representatividade, não falamos apenas de militantes da JSD. Mas temos quadros com muita qualidade e valor.

Como está a sua relação com o líder do partido? O líder do PSD colocou-o como número cinco na lista por Setúbal. Na altura não gostou e abandonou a lista...

É um assunto totalmente encerrado. Aliás, participei na campanha das legislativas e contribuí para que Montenegro fosse hoje primeiro-ministro. A JSD será uma âncora de estabilidade deste Governo, mas autónoma. Historicamente, nunca foi uma caixa de ressonância do PSD. Temos as nossas causas e ideias, como a aceleração da semana de quatro dias de trabalho. Também temos a coesão territorial como prioridade e investir na igualdade de oportunidades. Há aqui a questão da mobilidade. O investimento na ferrovia foi abandonado.

A questão ambiental também é uma preocupação da JSD? É um dos temas que mais mobilizam os jovens...

Queremos apresentar a nossa visão social-democrata, moderada, de bom senso e não-fundamentalista. A nossa visão passa por uma maior aposta nas energias renováveis, em garantir a instalação e construção de painéis fotovoltaicos em zonas rurais e democratização de veículos eléctricos. Na área da habitação, é preciso ir mais longe. Recebemos com agrado a isenção de IMT e imposto do selo na compra da primeira casa para jovens até aos 35 anos, que veio da JSD. Mas é importante aumentar propostas do lado da oferta. Faz sentido aumentar o financiamento do Porta 65. Temos a intenção de não deixar cair o IRS Jovem, dependente da viabilização do Chega e do PS. Não vamos perdoar a estes dois partidos, se a proposta for chumbada.

A discussão do aborto foi recuperada nas duas últimas campanhas. A AD é omissa e à esquerda pede-se o alargamento do prazo ou a inclusão na Constituição. Qual a posição da JSD?

Devemos respeitar a vontade popular que emanou do referendo.

E em relação à eutanásia, cuja despenalização foi interrompida na anterior legislatura?

Felizmente na JSD e PSD, neste tipo de questões mais fracturantes, é respeitada a liberdade de consciência e de voto. Sou contra a eutanásia. Faz-me muita confusão conceber e admitir a realização da eutanásia quando a realidade de cuidados paliativos para aliviar o sentimento e dor que muitas pessoas sofrem no seu final de vida é praticamente inexistente. Deve procurar realizar-se um referendo.

O Livre desafiou a esquerda a um entendimento para as autárquicas. A direita deve fazer o mesmo?

A política de coligações e alianças a nível autárquico está muito dependente das estruturas locais. Devemos respeitar essa autonomia. Mas não tenho receio nenhum de um grande entendimento à esquerda.

PCP reúne-se com Livre mas tem projecto “distinto”

O PCP aceitou o pedido de reunião para pensar acordos à esquerda nas próximas eleições autárquicas

O secretário-geral do PCP anunciou ontem que o partido aceitou o pedido de reunião do Livre para pensar acordos à esquerda para as autárquicas, mas defendeu que os comunistas têm um projecto autárquico “distinto de todos os outros”.

Em conferência de imprensa após uma reunião do comité central, Paulo Raimundo afirmou que este encontro com o Livre será uma “reunião normal”, mas sublinhou as actuais “responsabilidades autárquicas do PCP” e que o partido está “numa disputa pela afirmação desse projecto distintivo”.

“Já respondemos afirmativamente no sentido de fazer essa reunião, uma reunião normal, até no seguimento das próprias eleições do Parlamento Europeu é uma reunião normal, vamos aceitar, estamos ainda em fase de agendamento de data, porque estes calendários às vezes não permitem mais cedo”, declarou o líder do PCP.

Paulo Raimundo evitou dar uma resposta definitiva sobre a possibilidade de vir a existir uma aliança à esquerda nas próximas autárquicas, reiterando apenas as diferenças das propostas comunistas para as restantes forças e que esta é uma questão que depende dos projectos políticos que forem apresentados.

“Vocês conhecem-nos, tenho reafirmado isto várias vezes, a questão não é a pessoa A, B ou C, não é o objectivo numérico este ou aquele, a questão são os conteúdos, as propostas, as soluções para as populações e um projecto que responda aos problemas das populações”, afirmou.

O secretário-geral do PCP defendeu ainda que o historial comunista nas autarquias tem “provas dadas” e mostra um “trabalho diferenciado, com um caminho de construção, de envolvimento de outras pessoas, muitas independentes, gente que se associa à CDU pelo projecto que tem e pela resposta que dá aos problemas”.

“Não é propriamente uma coisa que não se possa comparar, pode-se comparar, com provas dadas, e é nisso que estamos a trabalhar, estamos a trabalhar empenhados”, acrescentou Paulo Raimundo. Lusa

Espera para consulta de cancro em 2023: 81% dos doentes vistos fora de prazo

Relatório da monitorização dos tempos de espera no segundo semestre do ano passado revela cenário preocupante: mais de um quinto das cirurgias oncológicas realizadas no SNS feitas fora do prazo aceitável

Ana Maia

TERESA PACHECO MIRANDA



A 31 de Dezembro, havia 185.844 utentes à espera de cirurgia, 16,9% dos quais com um tempo de espera superior aos TMRG

A 31 de Dezembro de 2023, existiam 10.775 utentes com suspeita ou confirmação de doença oncológica a aguardar por uma primeira consulta no sector público, pedida pelos centros de saúde. À semelhança de alertas anteriores, os tempos de espera continuavam a ser uma preocupação para a Entidade Reguladora da Saúde (ERS): para 81,5% destes utentes o tempo máximo de resposta garantido (TMRG) já tinha sido ultrapassado, uma percentagem que "corresponde ao valor mais elevado" desde o início da monitorização, em 2018. O regulador destaca o aumento de 11,5 pontos percentuais quando comparado com o período homólogo de 2022. No caso das cirurgias oncológicas, mais de um quinto foram feitas fora do prazo aceitável.

O relatório da ERS com a monitorização dos tempos de espera no segundo semestre do ano passado, a que o PÚBLICO teve acesso, revela um cenário preocupante. Entre Julho e Dezembro de 2023, os hospitais públicos realizaram 16.207 primeiras consultas com suspeita ou confirmação de doença oncológica, mas em 61,7% dos casos os TMRG foram ultrapassados. Por comparação, no segundo semestre de 2022 essa percentagem foi de 46,3%.

O incumprimento dos tempos de espera no último semestre do ano passado "foi superior a 83% nos casos muito prioritários" – para estes casos, a lei define que o tempo de espera não deve exceder os sete dias desde a recepção do pedido de primeira consulta. Ou seja, "mais de 2000 utentes com necessidade de acesso muito prioritário a primeiras consultas de oncologia" esperaram mais do que o legalmente definido.

O relatório não faz uma avaliação da evolução no número de consultas realizadas nos hospitais públicos no segundo semestre de 2023 face ao período homólogo. A ERS explica que em 2022 o Registo de Saúde Electrónico no Sistema Integrado de Gestão do Acesso (RSE-SIGA) ainda não se encontrava implementado.

Cirurgias fora de prazo

No que diz respeito às cirurgias oncológicas, o cenário relativamente ao cumprimento dos tempos de espera recomendados é menos gravoso. Mas não isento de preocupação. Dos 29.562 doentes operados nos últimos seis meses do ano passado em hospitais do SNS (99,1% do total de cirurgias nesta área), "22,7% foram sujeitos a tempos de espera superiores ao limite legalmente estabelecido para o seu nível de prioridade". Em comparação com o mesmo período de 2022, registou-se um ligeiro aumento da taxa de incumprimento.

O documento nota que dos 3502 vales-cirurgia e notas de transferência emitidos (acontece sempre que os TMRG se aproximam do fim), só 5,2% foram cativados.

A 31 de Dezembro, quase 7300 doentes esperavam por uma cirurgia oncológica no SNS - um quinto já acima do tempo de espera recomendado. Uma ligeira melhoria quando comparado com o mesmo período de 2022.

Recorde-se que o Ministério da Saúde criou um programa com incentivos às equipas, até ao final de Agosto, para aumentar a resposta cirúrgica aos doentes oncológicos que já tenham ultrapassado os tempos máximos de espera. Na sexta-feira, na Assembleia da República, a ministra Ana Paula Martins adiantou que entre 18 de Maio e 21 de Junho foram operados 7465 doentes com cancro (98% no SNS), dos mais de 9000 identificados no plano de emergência para operar até ao final do ano.

Espera na cardiologia

A ERS também se debruçou sobre os tempos de espera na área de cardiologia. No que diz respeito às cirurgias, o SNS operou 4329 doentes (de um total de 4331 cirurgias realizadas) - o que representou um aumento de 5,8% em relação ao final de 2022. O documento salienta que um terço dos doentes viu os TMRG serem ultrapassados.

Mais cirurgias cardíacas realizadas, menos doentes na lista para serem operados - a 31 de Dezembro do ano passado eram 2724, "uma diminuição de cerca de 5,4%" no número de utentes em espera para cirurgia no sector público em relação ao período homólogo de 2022. Porém, mais de metade (59,3%) estavam à espera acima do tempo recomendado, valor que se agravou em 8,3 pontos percentuais.

Quanto às primeiras consultas, os tempos de espera eram ainda mais preocupantes. Os hospitais públicos realizaram, no segundo semestre de 2023, 19.642 primeiras consultas de cardiologia. Mas 91,8% viram os TMRG ultrapassados.

A 31 de Dezembro, 23.448 utentes aguardavam primeira consulta de cardiologia. "Face a 2022, observou-se um aumento de 52,2% no número de utentes em espera para consulta" no SNS, compara a ERS, que destaca que "cerca de 86,7% já tinham esperado mais do que o tempo máximo previsto na lei". Os tempos máximos variam entre resposta imediata nos casos classificados como urgentes e 30 dias para doentes menos urgentes.

Outras especialidades

Excluindo as consultas de cardiologia e as relacionadas com doença oncológica, o SNS realizou nos últimos seis meses do ano passado mais de 589 mil primeiras consultas das restantes especialidades hospitalares a pedido dos centros de saúde - menos 2,6% face ao período homólogo de 2022. Os TMRG foram ultrapassados em cerca de 56,1% das consultas realizadas, tendo-se a mediana do tempo de espera agravado face ao ano anterior em todos os níveis de prioridade.

No final do ano passado, a lista de espera para primeiras consultas de especialidade contava com 778.640 utentes nos prestadores públicos – mais 33,8% em relação a 2022 –, dos quais 54% com espera acima dos tempos máximos recomendados, valor superior em sete pontos percentuais ao observado no segundo semestre de 2022.

Nas cirurgias, o número manteve-se em linha com o do ano anterior. Entre Julho e Dezembro de 2023, os hospitais públicos realizaram 253.267 cirurgias programadas (quase 15% fora dos tempos recomendados). A 31 de Dezembro, a lista de inscritos contava com 185.844 utentes, 16,9% dos quais com um tempo de espera superior aos TMRG (menos 6,1 pontos percentuais do que no ano anterior).


EMBALADOS
PARA A VITÓRIA
NO EURO 24
FORÇA
PORTUGAL!
INSCREVE-TE EM FILHOSDOEURO.PT
PORTUGAL
MEO
OPERADOR OFICIAL DE PORTUGAL

Qual o efeito do discurso do Chega na vida da população cigana?

Novos estudos apontam para aumento de atitudes discriminatórias contra este grupo étnico minoritário



Já há estudos que mostram que a retórica da direita radical aumenta a discriminação

Ana Cristina Pereira

O discurso contra os portugueses ciganos foi estratégico para André Ventura e o seu partido. Que eleitores alcança? Aumenta ou diminui as probabilidades de discriminação? Que notam os visados no seu dia-a-dia? O impacto na opinião pública começa a medir-se. Um artigo de Pedro Magalhães e Rui Costa Lopes, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, publicado no *European Journal of Political Research*, mostra como a retórica da direita radical aumenta a discriminação.

Juntaram dois grupos com semelhantes características sociodemográficas. E perguntaram a um e a outro se as medidas de apoio social deveriam aumentar, diminuir ou manter-se. Um grupo foi questionado sem mais e o outro depois de exposto a esta frase: "[Há] grupos sociais que beneficiam continuamente de apoios sem dar qualquer contrapartida para a sociedade, à custa de impostos mais altos e do esgotamento dos contribuintes."

Concluíram que nem é preciso referir a etnia. Um discurso daquela natureza aumenta 12% a probabilidade de discriminação contra ciganos. Partindo desta experiência, com uma amostra representativa da população portuguesa, extrapolam que a discriminação contra essas comunidades tem uma prevalência de 30%.

Estratégia de marketing

Não é que, em democracia, nenhum político tivesse antes produzido um discurso anticigano - vários autarcas fizeram-no e alguns foram condenados por isso. Nenhum, porém, se servira da aversão àquela minoria étnica como grande estratégia de *marketing* político.

No livro *Na Cabeça de Ventura*, editado pela Livros Zigurate, o jornalista do *Expresso* Vítor Matos conta como a ideia surgiu nas autárquicas de 2017. Foi à mesa de um restaurante de Lisboa, era Ventura candidato à Câmara de Loures pela coligação PSD-CDS/PP.

Invocando uma sondagem que nunca mostrou, André Ventura disse que os munícipes identificavam um problema de insegurança, supostamente associada aos residentes ciganos. O consultor de comunicação João Gomes de Almeida incentivou-o a usar isso "na comunicação social nacional" e contactou Sebastião Bugalho, então jornalista do *I*.

A ideia – corrobora o historiador Riccardo Marchi, que se tem dedicado ao estudo das direitas radicais em Portugal – era "chamar a atenção do eleitorado, mas principalmente dos *media* e despertar a reacção dos adversários políticos". "Ele sabia que era um tema melindroso."

Houve reacção da esquerda à direita. "Ele não ganhou eleições, mas conquistou espaço mediático e conseguiu um resultado que o PSD nunca tinha conseguido ali", prossegue Marchi, autor do livro *A Nova Direita Anti-sistema em Portugal: O Caso do Chega*, publicado pelas Edições 70. "Confirmou que aquele discurso funcionava. E apostou tudo nisso." Uma lógica típica da direita radical populista.

Na análise de Marchi, com tal discurso Ventura atingiu três tipos de eleitorado. Um "eleitorado de contacto intergrupal, com dificuldades de convivência com a população cigana". Um eleitorado tablóide, que vê a CMTV e/ou lê o *Correio da Manhã*, muito dominados pelo noticiário da criminalidade. E um eleitorado anti-sistema, formado por eleitores que estão "insatisfeitos com o funcionamento da democracia".

Parece-lhe relevante entender que aqueles últimos "não estão interessados na questão cigana". "Estão cansados da narrativa convencional, do politicamente correcto", sublinha. "Ele rompe com o que geralmente os políticos dizem", justificou um dos elementos do Chega que entrevistou. "Ele tem coragem de enfrentar os focos de tensões sociais do território", defendeu outro.

Uma vez desfiliado do PSD, Ventura fundou o Chega, que Marchi descreve como "um partido populista da nova direita radical", com ampla cobertura mediática e crescimento galopante. Nas eleições de 2019, elegeu um deputado. Nas de 2022, 12. Nas de 2024, 50.

Rodrigo Galhardas diz que Ventura "manipula" a informação para falar dos ciganos como problema

Questionários a pessoas ciganas apontam que "existem diferenças ao nível de discriminação"

Divisão entre "nós" e "eles"

Na dissertação de mestrado em Comunicação na Universidade Católica, Rodrigo Alves Alferes Galhardas analisou os sete debates televisivos protagonizados por Ventura nas Presidenciais de 2021. E desmonta a estratégia discursiva de bode expiatório.

Como é apanágio dos partidos populistas, insistiu numa divisão. Um "nós", "portugueses", "povo português", "portugueses de bem", "cumpridores", "contribuintes", "pagadores de impostos", "trabalhadores", "que trabalham todos os dias", "que sustentam a economia portuguesa", que "estão cansados". E um "eles", "esses", "essa gente", "aqueles", "ciganos", "problema", "subsidiodependentes", "auto-excluídos", os que "não querem pagar habitação", "não querem pagar impostos", "não querem trabalhar".

"A atitude de André Ventura, quando fala sobre os ciganos portugueses, não se foca, de todo, em evocar soluções para melhorar as condições de vida das comunidades", observa Galhardas. "Concentra-se mais em justificar, através da manipulação, as razões para o facto de as considerar um problema."

"A estratégia política de André Ventura concentrada no ataque às comunidades ciganas levou a que o tema da ciganofobia voltasse a ser um tema, quer na agenda mediática, quer na agenda política nacional, colocando os ciganos no centro do debate social, político e económico", escreveu ainda. E isso "tem impactos directos".

PAULO PIMENTA



Galhardas aplicou um questionário a 36 pessoas de etnia cigana, com idades compreendidas entre os 16 e os 68 anos, a maioria empregados (61,9%). A esmagadora maioria da amostra considera que “existem diferenças ao nível de discriminação contra as pessoas ciganas” (92,1%). A maior parte está convencida de que, após o nascimento do Chega, se tornou mais difícil obter trabalho (77,8%), aceder à habitação (73,0%), à saúde (63,5%).

Na dissertação de mestrado em Estudos Internacionais que fez no Iscte, Jéssica Martins também explorou “opiniões e perspectivas de pessoas ciganas portuguesas”. Realizou então 16 entrevistas a pessoas que são activistas ou referências nas comunidades.

“As pessoas entrevistadas opõem-se ao Chega e ao potencial aumento e normalização de preconceitos em Portugal”, escreveu. A sua percepção é a de que o racismo “profundamente enraizado na sociedade portuguesa se tornou mais aberto e explícito”, já que o partido normaliza um tipo de discurso que é usado por membros da sociedade maioritária como “justificação ou pretexto para expressar insatisfação com as comunidades ciganas”.

Disse-lhe um jovem de 20 anos: “As pessoas iam ao café e diziam: ‘Não gosto de ciganos’. E falavam entre elas. Desde que André Ventura apareceu, há alguém que personifica essas conversas racistas.”

Declarou uma mulher de 29 anos: “Desde o momento em que têm alguém que diz todas as coisas que eles gostariam de dizer, mas não podem, acreditam que têm carta-branca para fazer o mesmo. E até aqueles que não dizem abertamente que são racistas dizem: ‘Eu concordo com o André Ventura nisto...’”

Há um medo que se propaga entre alguns. Comentou um homem de 54 anos: “Para mim, se ele chegar ao poder, provavelmente vai ter a ideia de criar uma ‘Ciganalândia’ e nos meter todos num buraco com um muro à volta, do tipo: ‘Podem todos lá viver e matar-se uns aos outros’. Isto é o que ele gostaria de fazer connosco.”

Análise

Como André Ventura mudou o foco dos ciganos para os imigrantes

Ana Cristina Pereira

Líder do Chega não deixou de apontar o dedo às comunidades ciganas, mas passou a dar-lhes menos relevância estratégica

Algo mudou na estratégia de André Ventura. Nas últimas campanhas eleitorais, não deixou de cavalgar a aversão às comunidades ciganas, mas puxou os imigrantes para o centro do discurso, a reboque do pacote legislativo apresentado pelo Governo PSD/CDS-PP.

“No princípio, o Chega era quase monotemático”, analisa o historiador Riccardo Marchi, autor do livro *A Nova Direita Anti-sistema em Portugal: O Caso do Chega*, publicado pelas Edições 70. “Era o partido do anticiganismo.”

O expoente dessa postura ocorreu na pandemia de covid-19, quando Ventura anunciou um plano de confinamento específico para a população cigana. “Era uma proposta claramente racista. Com base numa situação pontual, quis abranger toda uma etnia.”

Não foi pelo protesto dos activistas ciganos ou dos adversários políticos que Ventura mudou. “Houve uma pressão dos dirigentes e dos militantes do Chega”, diz Marchi. “Não estavam interessados em ser o partido do anticiganismo. Estavam interessados em ser um partido anti-sistema.”

Não deixou de apontar o dedo às comunidades ciganas, mas passou a dar-lhes menos relevância estratégica e a apostar mais no tema da imigração. Observa o investigador que, em 2019, quando foi eleito pela primeira vez para o Parlamento, “a imigração não era tema”. “Hoje fala-se da imigração diariamente. Ele sabe que é o único político relevante que pode levantar essa bandeira. E apostou nisso nas eleições de 2022 e 2024.”

Na campanha para as legislativas propôs estabelecer quotas anuais para imigrantes, acabar com os vistos CPLP, criminalizar a permanência irregular no território nacional, prever o repatriamento forçado de quem “não demonstre capacidade de auto-subsistência”, limitar os apoios sociais aos estrangeiros que tenham feito cinco ou mais anos de descontos. Depois, começou a ouvir-se Ventura gritar: “Nem mais um! Nem mais um!”

“Isto é um fenómeno que acontece em vários países europeus”, torna Marchi. “Apesar de tudo, o Chega não fecha as portas totalmente à imigração. Isto vem também da pressão que o partido teve da base, de militantes que precisam de imigrantes – pequenos empresários no têxtil, no calçado, no turismo, na restauração, na agricultura. Essa base não está interessada na imigração zero.”

As teorias da conspiração sobre uma suposta substituição populacional estão a fazer o seu caminho. Olhando para dentro do partido, Marchi dá pela existência de um nacionalismo étnico e de um nacionalismo cívico. “O nacionalismo cívico é o que diz que português pode ser qualquer um que se sente português, independentemente das suas características étnicas. O nacionalismo étnico é o que diz que português é filho de português, numa linha de sangue. No Chega, há uma mistura dos dois. São muito valorizadas as questões do nascimento, da língua, da cultura, mas também o sentir-se português”.

É nesse contexto que enquadra, por exemplo, Gabriel Mithá Ribeiro, que nasceu em Moçambique e vive em Portugal desde 1980. E Marcus dos Santos, que nasceu no Brasil, casou-se com uma portuguesa e adquiriu nacionalidade portuguesa. E mesmo Rita Matias, deputada do Chega, descende de goeses.

“A crítica feroz que o Chega faz a activistas como Mamadou Ba [dirigente do SOS Racismo] não é por serem negros, mas por dizerem que Portugal é colonialista e racista, por dizerem que os Descobrimentos não foram um período glorioso, mas uma vergonha pela qual Portugal deve pedir desculpa. No entender deles, isso é um discurso de quem odeia Portugal.” Por isso, Ventura acusou o próprio Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, de traição quando este falou em reparações.

DANIEL ROCHA



Historiador Riccardo Marchi tem estudado o caso do Chega

INEM gasta até 12 milhões para manter "helis" de emergência

Ana Henriques e Mariana Oliveira

Haverá novo ajuste directo: Avincis vai continuar a transportar doentes urgentes, embora de forma deficitária durante a noite

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) vai gastar até 12 milhões de euros para manter a voar os helicópteros de transporte de doentes urgentes durante os próximos 12 meses. Como chegava ao fim amanhã o prazo do contrato por ajuste directo que o INEM tinha com a empresa Avincis para operar os quatro helicópteros que prestam este serviço – depois de um concurso público lançado em Janeiro para o efeito ter terminado sem propostas válidas –, este instituto decidiu lançar outra vez mão de uma solução de recurso: um ajuste directo.

Depois de ter sondado várias firmas, a escolha recaiu novamente sobre a Avincis, que receberá até 12 milhões de euros para continuar a transportar os doentes urgentes num período que se poderá estender até um ano, nos mesmos moldes em que tem operado nos últimos seis meses: duas aeronaves de médio porte, sediadas em Macedo de Cavaleiros e Loulé, disponíveis 24 horas por dia, e outras duas ligeiras, estacionadas em Viseu e Évora, que voarão 12 horas diárias, durante o período diurno.

Esta forma de funcionamento, recordou ontem o *Jornal de Notícias*, já foi alvo de críticas das autarquias e, em Março passado, de uma queixa apresentada pelo Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) ao Tribunal de Contas.

Segundo o INEM, a Avincis, que foi o único operador que em Janeiro passado estava disponível para continuar a assegurar o transporte aéreo de doentes urgentes no primeiro semestre de 2024, não consegue manter as quatro aeronaves a operar em contínuo. O problema é que os seis milhões que pagou a esta empresa pelo contrato que agora termina deveriam permitir a operação dos quatro helicópteros durante 24 horas por dia. Mas o INEM aceitou prescindir de duas das aeronaves durante o período nocturno sem reduzir o valor pago, o que significa que a Avincis (que já se chamou Babcock) ficou a ganhar, sem qualquer justificação, mais 1,5 milhões de euros.

Por isso, o SPAC acusa o INEM de fazer, com estes ajustes directos, uma gestão pouco clara do dinheiro dos contribuintes. E avisa para a possibilidade de ocorrência de uma tragédia resultante do facto de parte do país estar a descoberto durante a noite. Entretanto, decorrem negociações do Governo com a Força Aérea, numa tentativa de que este ramo das Forças Armadas possa vir a assegurar o serviço.

O concurso público lançado em Janeiro passado pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde para o transporte aéreo de doentes entre 2024 e 2028 recebeu propostas de apenas duas empresas, mas ambas com valores significativamente superiores ao preço-base do concurso, que se situava nos 54 milhões de euros. Daí que a adjudicação não tenha ido por diante e que tenha sido necessário recorrer a este segundo ajuste directo.

Apesar de, desde 2019, o INEM saber que o contrato firmado por cinco anos com a Babcock terminava no final do ano passado, só em Janeiro deste ano é que o novo concurso foi lançado. Daí que o presidente do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar, Rui Lázaro, diga que tudo poderia ter corrido melhor se este concurso internacional tivesse sido preparado com a devida antecedência.

O INEM tem justificado os sucessivos aumentos de preços com as condições de mercado. Contactado pelo PÚBLICO, o INEM não forneceu qualquer tipo de esclarecimento sobre estas questões, enquanto o Ministério da Saúde se limitou a dizer que o assunto "está a ser avaliado" e que "no momento oportuno" irá comunicar as decisões tomadas.



Dois dos quatro helicópteros não estão a operar à noite

Alterações no painel de colunistas do PÚBLICO

Pedro Adão e Silva e Alexandra Lucas Coelho serão dois novos colunistas. Nos próximos meses, serão anunciados novos nomes

O painel de colunistas do PÚBLICO vai conhecer neste segundo semestre algumas alterações. Pedro Adão e Silva, sociólogo e professor universitário, estreia-se como colunista do jornal, depois de ter feito comentário político em vários meios de comunicação social, como o *Expresso* ou a *TSF*. Foi comissário executivo das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e ministro da Cultura no anterior Governo. Vai escrever, alternadamente com João Miguel Tavares, na Última Página, onde substitui Carmo Afonso.

João Miguel Tavares continua a escrever às terças, quintas e sábados e Pedro Adão e Silva escreverá às quartas, sextas e domingos.

Ana Sá Lopes, que até aqui publicava a sua crónica semanal na última página da edição de domingo, passa, a 8 de Julho, para a segunda-feira.

O painel de colunistas do PÚBLICO volta a contar com a jornalista e escritora Alexandra Lucas Coelho, que regressa ao jornal onde foi repórter, correspondente (em Jerusalém e Rio de Janeiro), editora e colunista. Distinguida com vários prémios jornalísticos e literários, Alexandra Lucas Coelho publicará as suas crónicas ao sábado, quinzenalmente, na secção Mundo.

A socióloga Cristina Roldão cessa a sua colaboração com o PÚBLICO na próxima quinta-feira, no mesmo espaço onde Luísa Semedo continuará a publicar as suas crónicas quinzenalmente.

O economista Ricardo Arroja, que acaba de assumir a presidência da AICEP, já se despediu dos leitores de segunda-feira, onde escrevia quinzenalmente, alternando com Ricardo Paes Mamede, que continuará a publicar com a mesma periodicidade.

Aos colunistas que entram, o PÚBLICO dá as boas-vindas; aos que estão de saída, expressa o reconhecimento pela excelente colaboração.

Nos próximos meses, mais colunistas serão anunciados, sendo que a preocupação se mantém sempre a mesma desde o início deste jornal: garantir aos leitores do PÚBLICO a expressão do pluralismo e da diversidade que fazem a riqueza da sociedade portuguesa contemporânea. **PÚBLICO**

Blackpool na "Liga dos Campeões das coisas más" com direita radical à espreita

Candidato conservador diz que o concorrente do partido de Farage não é "concorrência", mas Butcher deve disputar a eleição na cidade-carrossel inglesa – uma das mais pobres do país – com o Labour

Reportagem

António Saraiva Lima em Blackpool

O vasto areal castanho que se confunde com a castanha água do mar de Blackpool não está convidativo a passeios. Lá de cima, a icónica e vermelha Torre de Blackpool, inspirada na Torre Eiffel de Paris, vigia, ainda assim, os passos das centenas de pessoas que passeiam pela famosa Promenade da cidade costeira inglesa – não junto à praia; mas do outro lado da rua, onde as cores berrantes e as luzes que piscam cumprem o papel que lhes foi atribuído: chamar a atenção e convidar os transeuntes a gastarem mais algumas libras em todo o tipo de actividades lúdicas ou ofertas gastronómicas que se possa imaginar.

No lado bom da rua há salões de jogos, casinos, museus, restaurantes, *pubs*, bares, salas de karaoke, lojas de souvenirs, lojas de brinquedos, lojas de balões, bancas de comida ambulantes, hotéis, um oceanário e até uma "casa do terror". A atracção é inevitável e, mesmo se não fosse, o vento forte (fortíssimo) que se faz sentir empurra novamente para as luzes quem queria dar mais uma oportunidade à areia castanha.

Ao fundo, para quem faz o percurso entre o North Pier e o South Pier – duas estruturas de aço que desafiam o mar e lhe roubam alguns metros – ergue-se, ao longe, a Pleasure Beach (Praia do Prazer), um amontoado de montanhas-russas, carrosséis e rodas-gigantes que atrai definitivamente os que conseguem resistir às tentações dos peluches, das ofertas "*kids eat for free*" e daquela terceira *pint* com *fish and chips* que sai mais barata se comprada em pacote.

Blackpool é um gigantesco parque de diversões a céu aberto que foi desenhado para todas as idades, mas só o é verdadeiramente nas duas ou três ruas que acompanham a Promenade ao longo da praia e do mar castanho. A terceira fileira de casas, para dentro, algumas vazias e muitas descuidadas e sujas, também empurra quem por ali passa para as fachadas coloridas onde se vendem distracções. É como se um íman puxasse as pessoas, para que não se apercebam que a poucas centenas de metros dali está uma das localidades mais carenciadas de Inglaterra e do Reino Unido.



IAN HODGSON/REUTERS



DR

Junto ao mar que banha Blackpool há montanhas-russas, carrosséis e rodas-gigantes. Zak Farhan Khan é o candidato do Partido Conservador

> **Blackpool é um gigantesco parque de diversões a céu aberto que foi desenhado para todas as idades**

"Blackpool é uma cidade de passagem. As pessoas vêm aqui de férias e o que vêem é a Golden Mile e a Promenade. Adoram o passeio. Mas se andarmos algumas ruas para dentro, como vê, os edifícios estão abandonados, há pensões fechadas e casas estão decrépitas. Não é um bom cartão-de-visita", explica Stuart Hutton-Brown, director-executivo da Counselling in the Community (CITC), uma organização de beneficência que oferece serviços de terapia e de acompanhamento psicológico à população local e que foi, até há bem pouco tempo, presidida pelo deputado e recandidato trabalhista, Chris Webb.

"Estamos a falar de uma das cidades mais carenciadas do país. Blackpool está no topo de quase todos os rankings sobre pobreza, crime, carências económicas, etc. Se fôssemos um clube de futebol estaríamos sempre a competir na Liga dos Campeões das coisas más. E onde há pobreza, há problemas de saúde; e ambos estão de mãos dadas com a saúde mental", acrescenta, numa conversa com o PÚBLICO numa sala desarrumada no primeiro andar da organização, algures na fronteira entre a cidade que brilha e a cidade sem cor.

Turismo e pobreza

Localizada a cerca de 40 quilómetros a norte de Liverpool, na costa ocidental inglesa, Blackpool é banhada a oeste pelo mar da Irlanda e, contando com os arredores, é constituída por dois círculos eleitorais com direito a deputado no Parlamento em Londres: Blackpool South; e Blackpool North e Cleveleys.

Actualmente tem cerca de 140 mil habitantes e durante o século XIX e grande parte do século XX foi um dos principais destinos turísticos balneares de Inglaterra. A facilidade de movimentação dos britânicos pelo continente europeu, aliada aos preços competitivos praticados e ao clima mais favorável nas zonas balneares do Sul da Europa, a partir dos anos 1990, causaram impacto em localidades como Blackpool.

Apesar de o turismo nunca ter deixado de ser o principal motor da sua economia, a cidade teve de se readaptar à concorrência. Baixou preços e, com isso, perdeu alguma da capacidade para atrair turistas estrangeiros e de outras partes do Reino Unido, tal como investidores dos sectores da hotelaria e do turismo. Acresce que países como Portugal, Espanha ou Grécia também passaram à frente de Blackpool como destinos preferenciais para muitos reformados e pensionistas ingleses.

Os anos da pandemia de covid-19 foram muito duros para cidade, mas a partir de 2022 Blackpool voltou a ser o principal contribuinte para as receitas do turismo do condado inglês de Lancashire. Um relatório elaborado pela agência Marketing Lancashire dedicado a esse ano diz que a indústria turística local movimentou 1,75 mil milhões de libras (cerca de dois mil milhões de euros), empregando cerca de 22 mil trabalhadores (41% do total de empregos no condado). A dependência quase total no turismo, fez, porém, com que as autoridades locais tenham dedicado mais tempo, energia e fundos ao sector, em detrimento de serviços básicos como a saúde ou a habitação.

Segundo um estudo do Ministério da Habitação, publicado pelo Gabinete Nacional de Estatística ainda antes da pandemia, Blackpool surgia na terceira posição da lista de localidades mais carenciadas de Inglaterra, num universo de 316.

De acordo com esse estudo, 24,7% da população vivia em condições precárias, no que toca a rendimento líquido por

→

agregado. Noutro ponto de análise, 46 dos 94 bairros de Blackpool constavam entre os 20% de bairros mais carenciados de Inglaterra. Mais: a cidade tinha o oitavo pior nível de empregabilidade e de crime do território inglês e era o segundo pior em termos de carências de saúde.

Com poucos jovens locais, que saem de Blackpool em busca de oportunidades de trabalho, e com reformados que vêm de fora, que não têm dinheiro ou condições para ir para outro sítio, o número de beneficiários e de pessoas com maior dependência no serviço nacional de saúde é enorme.

Um outro estudo, publicado em 2021, liderado por Chris Whitty, pelo director-geral de Saúde de Inglaterra, relativo à esperança média de vida em algumas localidades inglesas, coloca "cidades costeiras como Blackpool" numa lista de lugares em que as percentagens de doenças cardíacas, renais ou mentais são cerca de 10% superiores à média nacional.

O mesmo estudo mostrava outro dado aterrador sobre Blackpool: uma criança que nascida e criada na cidade viverá, em média, apenas 74 anos, se for rapaz, e 79, se for rapariga. É a pior média de esperança de vida em Inglaterra.

Mudança para pior

Hutton-Brown veio de Kent, no Sudeste de Inglaterra, há 24 anos. Fundou a CITC com outra pessoa e, juntos, começaram por atender seis pessoas por semana. "Agora temos 78 voluntários e só numa semana deste mês tivemos 174 pacientes", informa.

"A cidade mudou muito desde que cheguei e não foi para melhor", continua. "Há muito mais comportamento anti-social, há mais pessoas a dormir na rua, há mais pessoas a beber no espaço público, a incomodar as outras pessoas, a exibir comportamentos ameaçadores, etc.", explica.

Apesar de ter um perfil diferente de alguns dos círculos pós-operários típicos da chamada "*red wall*" ("muralha vermelha") – regiões localizadas sobretudo na região Centro e Norte de Inglaterra que votaram durante muitos anos em candidatos trabalhistas, mas que optaram pelo "Brexit" em 2016, e que votaram nos conservadores de Boris Johnson nas legislativas de 2019 – Blackpool South também costuma ser associada a esse grupo.

Entre 1997 e 2019, elegeu sempre o mesmo deputado trabalhista: Gordon Marsden. Mais de 67% dos seus eleitores votou, no entanto, a favor da saída do Reino Unido da União Europeia no referendo de 2016. E nas eleições realizadas de 2019, totalmente monopolizadas pelo tema "Brexit", o veterano Marsden foi derrotado pelo estreante e desconhecido candidato conservador Scott Benton.



ANDY RAIN/EPA

Nigel Farage, líder do Reform, esteve recentemente em Blackpool a fazer campanha com o candidato do partido

Mais de 67% dos eleitores de Blackpool votaram a favor da saída do Reino Unido da União Europeia no referendo de 2016

O candidato dos *tories* quer reabrir o aeroporto a voos comerciais e atrair empresas para a cidade, nomeadamente no sector imobiliário

Mas Benton meteu os pés pelas mãos e foi forçado a demitir-se no início deste ano, por alegado envolvimento num escândalo de *lobbying*, dando ao Partido Trabalhista uma boa oportunidade para testar a sua capacidade de voltar a penetrar na "*red wall*", numa eleição suplementar (*by-election*) realizada no início de Maio. O ensaio não podia ter corrido melhor: o trabalhista Chris Webb foi eleito com mais do triplo dos votos do candidato conservador, David Jones.

Velha guarda

Do ponto de vista dos conservadores, para além da derrota humilhante em Maio, ficou ainda um dado que promete ensombrar a disputa neste círculo nestas legislativas: Mark Butcher, concorrente do partido populista de direita radical Reform UK, ficou a apenas 117 (!) votos de distância, no terceiro lugar. Desta vez, tudo indica que Butcher e Webb irão disputar a eleição para deputado por Blackpool South. A vitória de Webb em Maio atribui-lhe algum favoritismo sobre Butcher, mas a corrida será mais renhida. Consciente disso, Nigel Farage, líder do Reform, esteve recentemente em Blackpool a fazer campanha com o candidato do partido.

Noutros círculos britânicos, a participação do Reform somada ao previsível fraco desempenho do partido que governa o país há quase 15 anos deve resultar numa divisão de votos que só privilegia outros partidos, como o Labour ou os Liberais Democratas. Em Blackpool South, a expectativa é outra, porque o Partido Conservador parece ter dado o círculo como perdido ao não voltar a apostar em Jones, mandatando Zak Farhan Khan, um advogado de Manchester como candidato dos tories.

"A população de Blackpool não é muito cosmopolita. Não temos zonas de outras partes do mundo dentro de Blackpool, como acontece noutras cidades. É uma cidade predominantemente branca e envelhecida", diz Hutton-Brown. "Para as pessoas de Blackpool, o 'Brexit' significou: 'Não queremos fazer parte da Europa'. Há, por isso, uma velha guarda de pessoas que, provavelmente, iria continuar a votar nos conservadores, mas que agora vai optar pelo Reform."

Em termos de mensagem, a candidatura de Butcher não diverge muito das traves mestras do discurso populista, anti-elites, anti-globalização, anti-imigração e pró-"Brexit" do Reform UK.

Mas Butcher, que se define como um "homem local" que "não é um político de carreira", tem um perfil diferente dos muitos candidatos escolhidos à pressa pelo Reform para transformar uma "uma má noite" eleitoral para os conservadores "numa noite péssima", como descreveu ao PÚBLICO Rob Form, professor de Ciência Política da Universidade de Manchester.

O empresário fundou há 12 anos a Amazing Graze, uma organização solidária que distribui refeições pela população mais carenciada de Blackpool – que chegou a ser investigada pela comissão eleitoral após denúncias de que a sua sede fora utilizada para eventos de campanha do Reform – e lançou, mais recentemente, o projecto The Big Red Night Bus, que consiste num autocarro que percorre as ruas da cidade e que presta apoio à população sem-abrigo, a pessoas vítimas de violência doméstica ou ex-presidiários temporariamente sem casa.

"Ajudámos milhares e milhares de pessoas na Amazing Graze, algumas locais, outras de fora da cidade. Mas chegou a altura de começarmos a cuidar dos nossos", defendeu recentemente. "Estou farto de ver as pessoas serem tratadas injustamente. Não apenas os sem-abrigo, mas as pessoas que vivem na pobreza são muito maltratadas, não há dignidade para eles." Argumentando que tanto o Partido Conservador como o Partido Trabalhista "são os culpados pelo total esquecimento a que Blackpool South tem sido alvo", Butcher garante que concorre "para ganhar" e promete deixar os seus adversários com um "bloody nose".

"Tarefa difícil"

Zak Khan não parece, ainda assim, muito preocupado com a competição que pode vir da direita radical. Numa conversa com o PÚBLICO num hotel próximo da Promenade, diz que Butcher e o Reform "nem sequer são concorrência" aos conservadores. "Já pesquisou no Google sobre o candidato? Já encontrou as coisas horríveis que disse? Está tudo dito. Já ultrapassei situações muito difíceis a nível profissional e é o que vou fazer aqui também", atira.

Crítico da gestão trabalhista "terrível" da câmara municipal da cidade, o candidato conservador diz que é fundamental "reabrir o aeroporto de Blackpool a voos comerciais" e aproveitar o facto de se tratar de uma cidade "muito mais barata" do que a média do país para atrair empresas, nomeadamente no sector imobiliário.

"Infelizmente, não há aqui nada para os jovens fazerem. Temos de ser capazes de criar empregos relevantes e necessários para estas pessoas. Não queremos que Blackpool seja uma cidade-fantasma, mas uma cidade próspera, onde as pessoas queiram investir", diz ao PÚBLICO, cheio de optimismo, que já não está tão vincado quando lhe é perguntado se os conservadores têm mesmo hipóteses de vencer as eleições de 4 de Julho.

"Vai ser uma tarefa difícil", assume, acrescentando apressadamente: "Para mim, a única coisa que importa é conseguir alcançar resultados concretos para Blackpool South. E o que as pessoas de Blackpool querem nem sempre está relacionado com o que se passa no Sul de Inglaterra."

Imprensa norte-americana pede a Biden que se afaste da corrida presidencial

Joana Mesquita

"Maior serviço público que pode prestar agora é anunciar que não vai continuar a concorrer", defende o *New York Times*

Depois de um desempenho desastroso no debate contra Donald Trump, a imprensa norte-americana vem agora pedir a Joe Biden que abandone a corrida às eleições norte-americanas de Novembro. Num artigo publicado pelo Conselho Editorial do *The New York Times*, lê-se mesmo que não se recandidatar à presidência dos Estados Unidos "é o melhor serviço público que Biden pode prestar".

Para o Conselho Editorial, um órgão independente da redacção do jornal, composto por cronistas, no debate de quinta-feira, em que Biden apareceu como uma "sombra", incapaz de, por mais do que uma vez, "chegar ao fim de uma frase", o Presidente norte-americano "falhou no seu próprio teste".

Tal como recorda o artigo publicado na sexta-feira, foi Joe Biden quem desafiou Trump para o debate. Duelo perdido, é agora tempo de "reconhecer que Biden não pode continuar a corrida e criar um processo para seleccionar alguém mais capaz, para o substituir e derrotar Trump em Novembro", sublinham.

"Há líderes democratas mais bem preparados para apresentar alternativas claras, convincentes e enérgicas a uma segunda presidência de Trump. Não há razão para o partido arriscar a estabilidade e a segurança do país, forçando os eleitores a escolher entre as deficiências de Trump e as de Biden", defende o Conselho Editorial do jornal americano.

Apontando fortes críticas ao antigo Presidente dos Estados Unidos – "mentiu descarada e repetidamente", descreveu planos capazes de "prejudicar a economia americana, minar as liberdades civis e desgastar as relações dos EUA com outras nações" e "recusou-se a prometer que aceitaria a derrota, voltando ao tipo de retórica que incitou o ataque de 6 de Janeiro ao Congresso" –, para os cronistas, "o fardo para colocar os interesses da nação acima das ambições de um único homem recai sobre o Partido Democrata".

"Biden tem sido um Presidente admirável", admitem, acrescentando, contudo, que "o maior serviço público que Biden pode prestar agora é anunciar que não vai continuar a concorrer à reeleição".

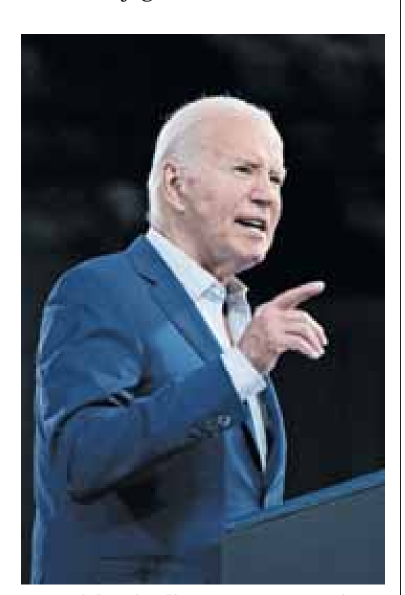
O Conselho Editorial do *The Washington Post* segue a mesma linha. Um artigo, igualmente publicado na sexta-feira, nota que a "voz fraca" e o "olhar vazio" de Biden levam os democratas a ter de "pensar muito bem se precisam de o substituir no topo da lista". O debate que juntou o candidato republicano e o democrata foi "doloroso para os Estados Unidos" e mostrou que Biden "não está à altura" para ocupar o cargo de Presidente durante os próximos quatro anos, apontam.

"Biden perdeu o debate nos primeiros dez minutos", sustentam, descrevendo a actuação do sucessor de Trump como "hesitante e cambaleante".

Também a publicação britânica *The Economist* acredita que a solução é substituir Biden. A revista, que lembra que já em Novembro de 2022 defendeu que Biden não se deveria recandidatar, diz agora que, "se Biden se preocupa realmente com a sua missão, então o seu último e maior serviço público deveria ser sair de cena" e deixar o caminho livre "para outro candidato democrata".

No entanto, Joe Biden não parece querer afastar-se da corrida, como mostrou num discurso, na Carolina do Norte, depois do debate.

"Já não ando tão facilmente como antes, não falo tão bem como antes, não debato tão bem como antes, mas há uma coisa que sei, sei dizer a verdade. Sei o que é certo e o que é errado e sei como fazer este trabalho", disse. "Não me candidataria se não acreditasse verdadeiramente que posso fazer este trabalho. Há muitas coisas em jogo."



Joe Biden já disse que não vai sair da corrida para a reeleição

Sucessor de Raisi na presidência do Irão será escolhido na segunda volta

O moderado Massoud Pezeshkian e o fundamentalista Saeed Jalili foram os mais votados na primeira volta

MAJID ASGARIPOUR VIA REUTERS



A segunda volta das presidenciais está marcada para 5 de Julho

Massoud Pezeshkian, um moderado apoiado pelos reformistas, e Saeed Jalili, um protegido do Guia Supremo, vão disputar a presidência do Irão depois de uma primeira volta, realizada na sexta-feira, em que nenhum dos quatro candidatos obteve os votos suficientes para assegurar a vitória.

Dos 24,5 milhões de votos expressos na eleição destinada a ocupar o lugar deixado vago pela morte do Presidente Ebrahim Raisi num acidente de helicóptero, Pezeshkian obteve 10,4 milhões, enquanto Jalili recebeu 9,4 milhões. O presidente do Parlamento, Mohammad Bagher Qalibaf, obteve 3,3 milhões de votos e o clérigo xiita Mostafa Pourmohammadi ficou-se pelos 206 mil votos.

A lei iraniana exige que o vencedor obtenha mais de 50% dos votos expressos. Caso contrário, os dois candidatos mais votados passarão a uma segunda volta uma semana mais tarde. Na história do Irão, só houve uma segunda volta das eleições presidenciais: em 2005, quando o candidato da linha dura Mahmoud Ahmadinejad venceu o antigo Presidente Akbar Hashemi Rafsanjani.

O poder no Irão pertence, em última análise, ao Guia Supremo, o *ayatollah* Ali Khamenei, pelo que o resultado da segunda volta, marcada para 5 de Julho, não significará qualquer mudança política importante em relação ao programa nuclear do Irão ou ao seu apoio a grupos islamistas no Médio Oriente.

O poder clerical do Conselho dos Guardiões esperava uma grande afluência às urnas, uma vez que enfrenta uma crise de legitimidade alimentada pelo descontentamento da população face às dificuldades económicas e às restrições à liberdade de política e social. No entanto, a participação na votação de sexta-feira atingiu um mínimo histórico de cerca de 40%, com base na contagem do Ministério do Interior.

Tendo em conta a idade – 85 anos – e o estado de saúde do Guia Supremo do Irão, é provável que o próximo Presidente esteja directamente envolvido no processo de escolha do sucessor de Khamenei, que procura um Presidente ferozmente leal que possa assegurar uma eventual sucessão sem problemas.

As opiniões anti-ocidentais de Jalili, antigo e intransigente negociador nuclear do Irão, contrastam com as de Pezeshkian. Os analistas afirmam que a vitória de Jalili, representante do Guia Supremo no Conselho de Segurança Nacional e tão fundamentalista que até Khamenei o considera perigoso, assinalaria a possibilidade de uma viragem ainda mais radical na política externa e interna da República Islâmica.

No entanto, a vitória do moderado Pezeshkian poderá contribuir para aliviar as tensões com o Ocidente e aumentar as possibilidades de reforma económica, liberalização social e pluralismo político.

Pezeshkian, que é, no entanto, fiel ao regime teocrático do Irão, é ainda assim apoiado pela facção reformista, que tem sido largamente marginalizada no Irão nos últimos anos.

"Respeitaremos a lei do *hijab*, mas nunca deverá haver qualquer comportamento intrusivo ou desumano para com as mulheres", declarou Pezeshkian após ter votado.

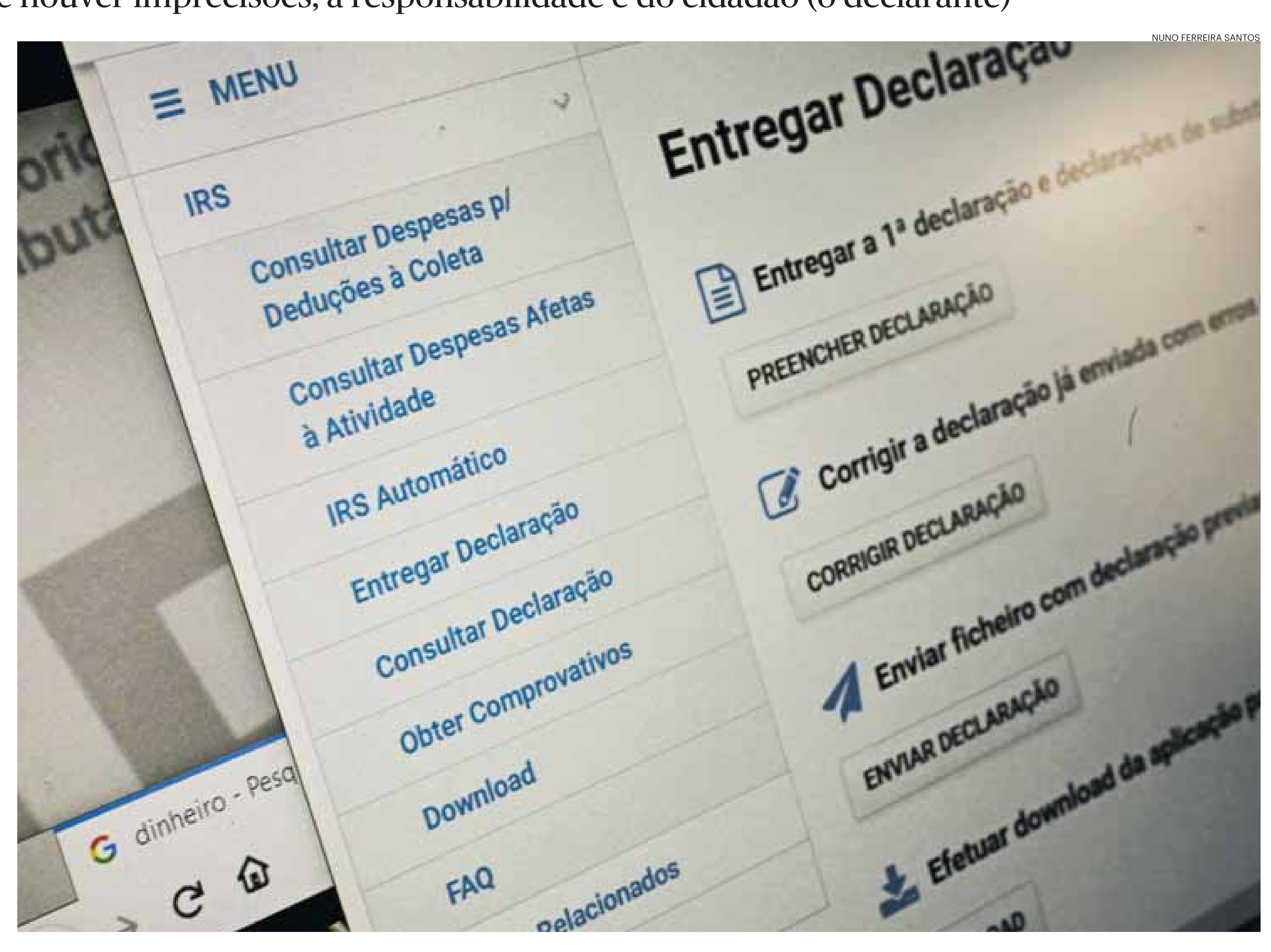
Pezeshkian referia-se à morte, em 2022, de Mahsa Amini, a jovem de 22 anos detida pela "polícia da moralidade" por uso "incorrecto" do lenço islâmico e que desencadeou uma vaga de protestos por todo o país que foram violentamente reprimidos pelo regime.

O candidato moderado tentou reavivar o entusiasmo dos eleitores reformistas, que se mantiveram afastados das urnas durante os últimos quatro anos, com uma população maioritariamente jovem a mostrar-se ressentida com as restrições políticas e sociais. Na segunda volta, poderá beneficiar do facto de os seus rivais não terem conseguido consolidar o voto da linha dura.

Prazo para entregar o IRS termina hoje para todos os contribuintes

Se os contribuintes com IRS Automático não confirmarem a declaração provisória, o fisco converte-a em definitiva. Mas, se houver imprecisões, a responsabilidade é do cidadão (o declarante)

Pedro Crisóstomo



NUNO FERREIRA SANTOS

Os portugueses já entregaram 4,9 milhões de declarações

O prazo para os contribuintes entregarem à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) as declarações de IRS relativas aos rendimentos de 2023 termina hoje.

A data-limite é, desde há alguns anos, o dia 30 de Junho, independentemente de ser um dia útil ou não. É o próprio Código do IRS que o prevê, num tempo em que a apresentação das declarações já só é possível cumprir *online*, através do Portal das Finanças.

Em todo o caso, se se verificar algum facto que altere os rendimentos já declarados, os contribuintes têm de apresentar uma declaração no prazo de 30 dias imediatos à ocorrência desse facto.

Há, porém, um caso específico em que os contribuintes têm até ao final do ano (até 31 de Dezembro) para enviar a declaração: acontece se os contribuintes tiverem obtido rendimentos no estrangeiro e tiverem direito (por aí ser tributado em IRS) a um crédito de imposto para evitar ser tributado duas vezes, mas o valor em causa não tenha sido “determinado” nesse território pela outra autoridade tributária até 30 de Junho. Mas, mesmo nestes casos, os contribuintes têm de comunicar ao fisco, até hoje, que cumprem estas condições. E, pelo Código do IRS, são obrigados a indicar “a natureza dos rendimentos” e onde os obtiveram.

Para os contribuintes que são abrangidos pelo IRS Automático, em que a AT apresenta uma declaração provisória (totalmente pré-preenchida) e pronta a validar com uma simples confirmação final, o prazo de entrega também termina a 30 de Junho.

No entanto, se um cidadão não confirmar a declaração automática nem entregar, em alternativa, uma declaração pela via normal, o fisco converte a tal declaração provisória em definitiva no fim do prazo e a obrigação fiscal é dada como cumprida de forma automática.

Nessas situações, o fisco aplica automaticamente o regime de tributação separada aos contribuintes casados ou que vivem em união de facto. Em todo o caso, a lei salvaguarda que os contribuintes nestas circunstâncias podem “entregar uma declaração de substituição nos 30 dias posteriores à liquidação sem qualquer penalidade.” Como a liquidação acontece no momento da confirmação da declaração provisória, o prazo de referência para fazer essa contagem é o dia 30 de Junho.

Até ao início de Junho, a Autoridade Tributária já tinha devolvido aos contribuintes cerca de 2000 milhões de euros

Se a declaração do IRS Automático contiver alguma imprecisão, informação errada ou omissa, a falha é imputável aos contribuintes (a quem cabe verificar os dados), mesmo estando em causa um documento produzido pela AT.

A data-limite de 30 de Junho aplica-se a todos os contribuintes que não estão dispensados de declarar os valores ao fisco, seja um trabalhador por conta de outrem, um trabalhador independente, um pensionista ou um contribuinte que tem outro tipo de rendimentos a declarar, como por exemplo rendas ou capitais.

Reembolsos até 31 de Agosto

Em relação aos contribuintes que cumprem o prazo de entrega, o fisco tem até 31 de Julho para concluir o processo de liquidação do IRS e até 31 de Agosto para pagar os reembolsos.

Até às primeiras semanas de Junho, a AT já tinha devolvido aos contribuintes cerca de 2000 milhões de euros, de dois milhões de reembolsos de IRS. Ao todo, tinha recebido já 4,9 milhões de declarações. O balanço final das Finanças será conhecido depois de domingo e, aí, já se saberá quantas declarações foram submetidas pelos contribuintes, se mais ou menos do que em 2023, ano em que a AT recebeu 5,9 milhões de declarações, das quais 1,8 milhões pelo IRS Automático.

A possibilidade de utilizar esta funcionalidade tem vindo a crescer nos últimos anos e, neste momento, tanto abrange solteiros como cidadãos com filhos, tanto abrange pensionistas como trabalhadores por conta de outrem (desde que só aufiram esse tipo de rendimento) e trabalhadores a recibos verdes (embora em determinadas condições, pois é obrigatório que a pessoa que presta os serviços esteja abrangida pelo regime simplificado de tributação e exerça “exclusivamente” uma actividade indicada na tabela de IRS, com excepção do código 1519, que agrega situações genéricas de “outros prestadores de serviços”).

Este ano, passaram a ser abrangidos os contribuintes que têm dinheiro aplicado em contas individuais geridas no regime público de capitalização (quem efectua contribuições adicionais ao longo da vida para complementar a reforma, os chamados “certificados de reforma”).



Autoridade Nacional da Aviação Civil

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 793/2020

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Flavio Athayde Junger de Oliveira, de nacionalidade brasileira, nascido em 11 de setembro de 1983, portador do Passaporte nº FX724839, com último endereço conhecido em Kattenburgerstraat 7, gebouw 027W, 1018JA Amesterdão, pelo facto de, no dia 14 de dezembro de 2019, durante o voo TP11, da transportadora aérea TAP Portugal, rota Lisboa/Recife, ter por duas vezes fumado a bordo da aeronave que em voo comercial operava o referido voo, tendo sido previamente informado da proibição de tal conduta. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, a prática por duas vezes de contraordenação muito grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46º do Regime Geral das Contraordenações e 26º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada de 24 de maio de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação *supra* identificados pela prática por duas vezes do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de dolo direto em ambos os casos, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima única no valor de € 2.800,00 (dois mil e oitocentos euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 168/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Hilário Raimundo Sebastião Boaventura, de nacionalidade angolana, com última residência conhecida na Rua Principal, 9, 3.º direito, 2675-257 Odivelas, pelo facto de, no dia 27 de dezembro de 2018, durante o voo n.º DT652, da companhia aérea TAAG, rota Luanda / Lisboa, ter fumado a bordo da aeronave que, em voo comercial operava o referido voo, conduta que era proibida. Tal conduta constitui a prática de contraordenação aeronáutica muito grave, nos termos do artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, e punível, nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46º do Regime Geral das Contraordenações e 26º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, de 26 de abril de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação *supra* identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita, a título de dolo, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de €2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de €408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, no Gabinete Jurídico desta Autoridade, sito na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 232/2024

Ana Vieira da Mata, Presidente do Conselho de Administração da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Gamuel da Veiga Gomes, natural de Cabo Verde, de nacionalidade portuguesa, nascido a 12/05/1994, com último endereço conhecido em Rua Pablo Picasso, 11, 6.º Esquerdo, 2835-052 Baixa da Banheira, pelo facto de, no dia 27 de setembro de 2023 ter deixado a sua bagagem ao abandono, sem qualquer supervisão, em espaço de uso comum do Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, concretamente, no junto ao restaurante La Pausa, piso 5, no terminal 1.

Tal conduta constitui, nos termos do artigo 54.º, n.º 2, alíneas o) do Decreto-Lei n.º 142/2019, de 19 de setembro, que aprovou o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNSAC), a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, com coima entre o mínimo de € 250,00 e o máximo de € 500,00, no caso de negligência, e de € 500,00 a €1.500,00, no caso de dolo, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções acessórias de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Mais se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 144/2022

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Bala Darame, portador do cartão do cidadão nº 15159808, nascido em 08/07/1956, tem residência na Rua Aquário do Mirante, 1 – R/c Dtº, 2745-049 Queluz, pelo facto de no dia 24/12/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 602/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Bala Darame, portador do cartão do cidadão nº 15159808, nascido em 08/07/1956, tem residência na Rua Aquário do Mirante, 1 – R/c Dtº, 2745-049 Queluz, pelo facto de no dia 30/06/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 215/2019

Ana Vieira da Mata, Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, foi instaurado processo de contraordenação a Francisco Carlos Baião, titular do cartão do cidadão n.º 13253452, com último domicilio conhecido em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 7 – 3º Esq., 2830-039 Barreiro, pelo facto de, no dia 24 de dezembro de 2018, pelas 17h20, ter operado um drone (aeronave não tripulada) em local proibido, durante o evento "Ginginha no Barreiro", uma vez que esta localidade se insere em espaço aéreo sob jurisdição militar.

Tal conduta constitui contraordenação muito grave, por violação do artigo 22º n.º 1 – alínea f) do Decreto-Lei n.º 163/2015, de 17 de agosto, punível nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, com coima entre o mínimo de € 1.000,00 e o máximo de €2.500,00, no caso de negligência, e o mínimo de €2.000,00 e o máximo de €4.000,00, em caso de dolo, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções acessórias de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

O arguido foi notificado, através de anúncio publicado no jornal "Público" em 21 de dezembro de 2020, da acusação que lhe era imputada e que aqui se dá por integralmente reproduzida, não tendo apresentado defesa.

Assim, e após completa instrução do processo contraordenacional, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 26 de abril de 2024, foi-lhe aplicada coima, como sanção pela prática por uma vez do artigo 22º n.º 1 – alínea f) do Decreto-Lei n.º 163/2015, de 17 de agosto, a título de negligência, **pelo valor de € 1.000,00 (mil euros)**.

O Conselho de Administração deliberou ainda fixar, nos termos dos artigos 92º e seguintes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, custas do processo em 4 Unidades de Conta, a que corresponde €408,00 (quatrocentos e oito euros), referentes a encargos resultantes do processo a serem suportados pelo arguido Francisco Carlos Paião.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, informa-se o arguido Francisco Carlos Paião do seguinte:

a) A presente decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;
b) Em caso de impugnação judicial, o respetivo recurso deverá ser apresentado por escrito, junto da Autoridade Nacional da Aviação Civil no prazo de 20 dias úteis;
c) O Tribunal pode decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho;
d) A referida coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva;
e) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do artigo 88º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sito na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 600/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Tidjane Inchasso, portador do Título de Residência n.º H155650G8, de nacionalidade angolana, nascido em 25/12/1984, tem residência na Rua Padre José Rota, 10-1º A, 2825-380 Forte da Casa, Costa da Caparica, pelo facto de no dia 30/06/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

O arguido foi notificado da acusação, nos termos do art.º 26º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 28 de setembro de 2023, foi condenado em coima no montante de €750,00 e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, notifica-se o Sr. Tidjane Inchasso do seguinte:

a) A presente decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;
b) Em caso de impugnação judicial, o respetivo recurso deverá ser apresentado por escrito, junto da ANAC no prazo de 20 dias úteis;
c) O Tribunal pode decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso a o arguido, e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho;

No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o Sr. Tidjane Inchasso comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 846/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Virgilio Guilherme Gabriel Junior, portador da inscrição consular n.º 46879/08, nascido em 01/04/1985, tem residência na Rua Aquário do Mirante, c2, 104 2º andar, 2745 – 019 Queluz, pelo facto de no dia 04/10/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 02/2022

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Farahate Diba Issufo Jamal Hassamo, portadora do passaporte n.º AB0854951, emitido em 24/09/2020, nascida em 01/03/2020, tem residência na Rua José Régio, n.º 12 - 9º Frente, 2675-213 Odivelas, pelo facto de no dia 31/10/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar a arguida por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE A ARGUIDA para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos



Autoridade Nacional da Aviação Civil

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 315/2018

Ana Vieira da Mata, Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, foi instaurado processo de contraordenação a Mario El Antoury Chahid, titular do passaporte n.º LR0517547, nascido em 30 de setembro de 1974, de nacionalidade libanesa, e com último endereço conhecido em Notre Dame de Secour Monastery – Jbeil – Lebanon, pelo facto de, no dia 13 de outubro de 2017, entre as 10h20 e as 10h30, no Recinto do Santuário de Fátima, ter operado um drone que sobrevoou uma concentração de pessoas ao ar livre, uma vez que no recinto de encontravam cerca de 100.000 peregrinos.

Este comportamento constitui a prática de contraordenação grave, por violação do artigo 7.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, por referência ao artigo 11.º n.º 1 – alínea b) do Regulamento n.º 1093/2016, de 14 de dezembro, punível com a coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00, em caso de negligência, e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00, em caso de dolo. O arguido foi notificado, em 12 de janeiro de 2021, através do Ofício n.º 544/DJU/PCA/2020, de 14 de dezembro de 2020, tendo apresentado defesa nos autos.

Assim, e após completa instrução do processo contraordenacional, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 30 de abril de 2024 foi-lhe aplicada coima, como sanção pela prática por uma vez do artigo 7.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, por referência ao artigo 11.º n.º 1 – alínea b) do Regulamento n.º 1093/2016, de 14 de dezembro, a título de negligência pelo valor único de € 500,00 (quinhentos euros).

O Conselho de Administração deliberou ainda fixar, nos termos dos artigos 92.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, custas do processo em 2 Unidades de Conta, a que corresponde €204,00 (duzentos e quatro euros), referentes a encargos resultantes do processo a serem suportados pelo arguido Mario El Antoury Chahid.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, informa-se o arguido Mario El Antoury Chahid do seguinte:

a) A presente decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;
b) Em caso de impugnação judicial, o respetivo recurso deverá ser apresentado por escrito, junto da Autoridade Nacional da Aviação Civil no prazo de 20 dias úteis;
c) O Tribunal pode decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho;
d) A referida coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva;
e) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sito na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 315/2018

Ana Vieira da Mata, Chairman of the Board of Directors of the National Civil Aviation Authority, hereby announces that administrative offence proceedings have been initiated against Mario El Antoury Chahid, holder of passport no. LR0517547, born on 30 September 1974, of Lebanese nationality, and with last known address at Notre Dame de Secour Monastery – Jbeil – Lebanon, for the fact that, on October 13, 2017, between 10:20 a.m. and 10:30 a.m., in the Enclosure of the Shrine of Fatima, a drone operated that flew over a concentration of people in the open air, since there were about 100,000 pilgrims in the enclosure.

This behaviour constitutes the practice of a serious administrative offence, for violation of Article 7(1) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, by reference to Article 11(1) – point b) of Regulation No. 1093/2016, of 14 December, punishable by a minimum fine of €250.00 and a maximum of €500.00, in case of negligence, and a minimum fine of €500.00 and a maximum of €1,500.00, in case of intent.

The defendant was notified, on January 12, 2021, through Official Letter No. 544/DJU/PCA/2020, of December 14, 2020, and presented a defense in the case file.

Thus, and after a complete investigation of the administrative offence proceedings, by resolution of the Board of Directors of ANAC of 30 April 2024, a fine was imposed on him, as a sanction for the practice of Article 7(1) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, by reference to Article 11(1) – point b) of Regulation No. 1093/2016, of December 14, by way of negligence for the single amount of € 500.00 (five hundred euros).

The Board of Directors also decided to establish, pursuant to Articles 92 et seq. of Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and by Law No. 109/2001, of 24 December, costs of the proceedings in 2 Units of Account, which corresponds to €204.00 (two hundred and four euros), referring to costs resulting from the process to be borne by the defendant Mario El Antoury Chahid.

In these terms and for the purposes of Articles 58(2) and (3) and 88(1) of Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and by Law No. 109/2001, of 24 December, ex vi article 35 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, the defendant Mario El Antoury Chahid is informed of the following:

a) This decision becomes final and enforceable if it is not judicially challenged in accordance with Article 59 of Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and by Law No. 109/2001, of 24 December;
b) In the event of a legal challenge, the respective appeal must be submitted in writing to the National Civil Aviation Authority within 20 working days;
c) The court may decide on the judicial challenge by means of a hearing or, if the defendant and the public prosecutor do not object, by simple order;
d) The said fine shall be paid within ten (10) working days from the date on which the decision becomes final;
e) In the event of impossibility of timely payment, the defendant must communicate this fact in writing to ANAC, requesting, from the outset, authorization for subsequent payment, under the terms of article 88 of Decree-Law no. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law no. 356/89, of 17 October, Decree-Law no. 244/95, of 14 September and by Law no. 109/2001, of 24 December.

Finally, it is informed that the administrative offence process is available for consultation, every working day, between 9 am and 5 pm, by appointment, at the Legal Department of this Authority, located at Rua B, Building 4, Humberto Delgado Airport, in Lisbon.

Lisbon, 30th june 2024

The Chairwoman of the Board of Directors,
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 778/2020

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Nicolae Grancea, de nacionalidade Romena, nascido em 1 de agosto de 1977, portador Bilhete de Identidade n.º 263857, com último endereço conhecido em Strada Sătícel 71, 505800 Zărneti, Roménia, pelo facto de, no dia 8 de junho de 2019, durante o voo OB157, da transportadora aérea Blue Air, rota Bucareste/Lisboa, ter fumado um cigarro a bordo da aeronave que em voo comercial operava o referido voo, tendo sido previamente informado da proibição de tal conduta. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, a prática de contraordenação muito grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46.º do Regime Geral das Contraordenações e 26.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada de 18 de abril de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação supra identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de dolo direto, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de € 2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92.º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 778/2020

Ana Vieira da Mata, chairwoman of the Board of Directors of Autoridade Nacional da Aviação Civil, announces that following the initiation of misdemeanour proceedings against Mr Nicolae Grancea, of Romanian nationality, born on 1 August 1977, bearer of Identity Card No. 263857, with last known address at Strada Sătícel 71, 505800 Zărneti, Romania, for, on 8 June 2019, during Blue Air's flight No. OB157, route Bucharest/Lisbon, smoking a cigarette on board a civil aircraft on a commercial flight despite being previously informed that such behaviour was forbidden. Such behaviour constitutes, under article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, a very serious misdemeanour, punishable, in accordance with article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

Therefore, in face of the impossibility of notifying the defendant by registered mail, in accordance with articles 46 of the Misdemeanours General Regime and 26, paragraph 2 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED, that, by decision of ANAC's Board of Directors, dated 18 April 2024, he was considered guilty as charged of practicing the misdemeanour established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, and punishable under article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January. The subjective imputation was determined as direct intent; thus, the defendant was convicted in an administrative fine in the amount of € 2.000,00 (two thousand euros).

It was further deliberated to determine the legal costs of the procedure, to cover the expenses with the procedure, in 4 UC, that corresponds to € 408,00 (four hundred and eight euros), in accordance with articles 92 and subsequent of Misdemeanours General Regime.

The defendant is further informed that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the Misdemeanours General Regime.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after an hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the Misdemeanours General Regime.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's legal department, located at Street B, Building 4, Humberto Delgado's Airport, Lisbon.

Lisbon, 30th june 2024

The Chairwoman of the Board of Directors,
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 797/2020

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Svetlana Goretovskaia, de nacionalidade russa, nascida em 6 de março de 1986, portadora do Passaporte n.º 9284002, com último endereço conhecido em Fasanesyr 31H, Chanarotehbutoj, Berlim, pelo facto de, no dia 27 de fevereiro de 2020, durante o voo EJU7652, da transportadora aérea EasyJet, rota Berlim/Lisboa, ter fumado a bordo da aeronave que em voo comercial operava o referido voo, tendo sido previamente informado da proibição de tal conduta. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, a prática de contraordenação muito grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46.º do Regime Geral das Contraordenações e 26.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE A ARGUIDA que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada de 24 de maio de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação supra identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de dolo direto, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de € 2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92.º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 797/2020

Ana Vieira da Mata, chairwoman of the Board of Directors of Autoridade Nacional da Aviação Civil, announces that following the initiation of misdemeanour proceedings against Miss Svetlana Goretovskaia, of Russian nationality, born on 6 March 1986, bearer of Passport No. 9284002, with last known address at Fasanesyr 31H, Chanarotehbutoj, Berlin, for, on 27 February 2020, during EasyJet's flight No. EJU7652, route Berlin/Lisbon, smoking a cigarette on board a civil aircraft on a commercial flight despite being previously informed that such behaviour was forbidden. Such behaviour constitutes, under article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, a very serious misdemeanour, punishable, in accordance with article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

Therefore, in face of the impossibility of notifying the defendant by registered mail, in accordance with articles 46 of the Misdemeanours General Regime and 26, paragraph 2 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED, that, by decision of ANAC's Board of Directors, dated 24 May 2024, he was considered guilty as charged of practicing the misdemeanour established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, and punishable under article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January. The subjective imputation was determined as direct intent; thus, the defendant was convicted in an administrative fine in the amount of € 2.000,00 (two thousand euros).

It was further deliberated to determine the legal costs of the procedure, to cover the expenses with the procedure, in 4 UC, that corresponds to € 408,00 (four hundred and eight euros), in accordance with articles 92 and subsequent of Misdemeanours General Regime.

The defendant is further informed that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the Misdemeanours General Regime.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after an hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the Misdemeanours General Regime.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's legal department, located at Street B, Building 4, Humberto Delgado's Airport, Lisbon.

Lisbon, 30th june 2024

The Chairwoman of the Board of Directors,
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 387/2020

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a José Fernando Felix Rego, de nacionalidade portuguesa, titular do bilhete de Identidade n.º 10099159, emitido pelos S.I.C. de Lisboa em 02/05/2007, com último endereço conhecido na Rua Dr. Mário de Vasconcelos e Sá, 167 – 1.º TRS, 4050-352 Porto, pelo facto de, no dia 14 de novembro de 2020, durante o voo FR5486, da companhia aérea Ryanair, rota Porto/Faro, ter fumado a bordo da aeronave com as marcas, de nacionalidade e de matrícula EI-DYB que, em voo comercial, operava o referido voo, tendo sido prévia e devidamente informado da proibição de tal conduta. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, e punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46.º do Regime Geral das Contraordenações e 26.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada 5 de junho de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação supra identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de dolo eventual, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de € 2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92.º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 223/2024

Ana Vieira da Mata, Presidente do Conselho de Administração da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Manuel Almeida Fernandes, de nacionalidade Cabo Verdiana, nascido a 14/01/1970, com último endereço conhecido em Rua Mindelo, S/N, Ilha de São Vicente, Cabo Verde, pelo facto de, no dia 03 de janeiro de 2024 ter deixado a sua bagagem ao abandono, sem qualquer supervisão, em espaço de uso comum do Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, concretamente, por baixo das escadas rolantes, em frente ao estabelecimento «My Bistro», na zona das Chegadas Terminal 1.

Tal conduta constitui, nos termos do artigo 54.º, n.º 2, alíneas o) do Decreto-Lei n.º 142/2019, de 19 de setembro, que aprovou o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNSAC), a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, com coima entre o mínimo de € 250,00 e o máximo de € 500,00, no caso de negligência, e de € 500,00 a €1.500,00, no caso de dolo, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções acessórias de acordo com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46.º e 50.º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Mais se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 30 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

Em Essaouira a música *gnaoua* transforma-se – e já não é só dos homens

Na sua 25.ª edição, o Festival Gnaoua confirma a sua capacidade de atrair centenas de milhares de pessoas à costa atlântica marroquina. E mostra como, aos poucos, a tradição se abre à mudança

Gonçalo Frota em Essaouira

O *guembri* passa-se, por tradição, de pai para filho. O *guembri*, instrumento fundamental na música gnaoua e uma espécie de baixo ancestral, cuspidor de transe a partir das suas três cordas atacadas com dedos que pisam as mesmas posições, uma e outra e outra vez, enquanto criam melodias circulares e ajudam a um tipo de ascensão espiritual, passa-se de pai para filho. De *maâlem* (mestre) para futuro *maâlem*. O *maâlem* Rachid Hamzaoui, uma referência no mundo gnaoua, passou a tradição à sua filha. O resto foi obra do talento e da perseverança de Asmaa Hamzaoui que passou por cima da inexistência de exemplos femininos no papel cimeiro da sua cultura e fez o seu próprio caminho.

No fim da tarde de sexta-feira, no Borj Bab Marrakech, um dos palcos que convidam a uma experiência menos sobrelotada do Festival Gnaoua et Musiques du Monde, de 27 a 29 de Junho, em Essaouira – verdadeiro lugar de peregrinação para famílias e juventude marroquinas, na companhia de visitantes forasteiros chegados de todo o mundo, como se aqui se encontrasse a última hipótese real de um sonho hippie de paz e amor –, Asmaa Hamzaoui sobe ao palco na condição de *maâlma* (mestre no feminino, palavra sem grande uso neste contexto antes da validação desta mulher de 27 anos). É um concerto a céu aberto no terraço de uma torre de defesa militar do século XIX transformada em centro cultural, um espaço circular com *poufs* dispostos pelo chão e umas três centenas de pessoas por ali espalhadas, para assistir a um momento que já não será histórico, mas continua pleno de significado.

Asmaa Hamzaoui diz ao PÚBLICO sentir-se, num certo sentido, "filha do festival". Estreou-se neste cartaz em 2006, mas acompanhando o seu pai em palco, ainda a tocar *qraqeb* (ou *karbabas*, a designação das castanholas metálicas que são o verdadeiro propulsor rítmico e o aditivo responsável pelos sucessivos momentos de clímax por que o transe do gnaoua vai trepando, até deixar o público num estado de euforia colectiva). O *guembri*, responsabilidade maior e só acessível a alguns, só viria mais tarde.



YASSINE TOUMIL

Asmaa Hamzaoui subiu ao palco na condição de *maâlma*, mestre no feminino

> **Quando "um *maâlem* mais velho identifica o potencial em alguém mais novo, apenas nesse momento lhe coloca o *guembri* nas mãos". E esta prova de confiança só pode acontecer "durante o momento do transe"**

"Há um longo caminho a percorrer para alguém se tornar *maâlem* [ou *maâlma*]", explica-nos o também *maâlem* Abdeslam Alikkane, um dos criadores e directores artísticos do Festival Gnaoua. Ele, responsável pelo derradeiro concerto do palco principal no dia de abertura, que ganhou projecção internacional ao ser chamado para colaborar com Peter Gabriel, Ray Lema ou Gilberto Gil, e que hoje se espanta como o "começo modesto" desta aventura, em 1998, deu lugar a um acontecimento que atrai centenas de milhares de pessoas anualmente e mudou a face de Essaouira, fala de ultrapassar várias fases antes de poder ascender a essa posição de "mestre". "Primeiro, há que dominar a dança gnaoua e o ritmo", concretiza. "Porque quem não sabe dançar, não sabe fazer dançar os outros com esta música."

Depois, quando "um *maâlem* mais velho identifica o potencial em alguém mais novo, apenas nesse momento lhe coloca o *guembri* nas mãos". E esta prova de confiança só pode acontecer "durante o momento do transe, assumindo os riscos do momento". Se correr bem, a confirmação por um conselho de *maâlemin* validará um/a novo/a mestre; se correr mal, garante Alikkane, "pode ter péssimos efeitos na sua carreira".

Com Asmaa Hamzaoui, correu bem, Em 2017, aos 20 anos, quando foi convidada a apresentar-se pela primeira vez em nome próprio no Festival Gnaoua, já a dominar o *guembri* e acompanhada por um grupo por ela formado e composto por cinco outras mulheres chamado Bnat Timbouktou, não ostentava ainda o título de *maâlma*. "Foi uma grande oportunidade que me deram e que senti que a mereci, porque trabalhei muito para chegar ali", diz ao PÚBLICO. "Tudo veio do trabalho, da confiança que depositaram em mim e de mais trabalho ainda." Algo que se alinha, no fundo, com o que defende o experiente e venerado Abdeslam Alikkane para a atribuição desse grau de mestre. "Não é algo que uma pessoa possa reclamar para si mesmo. É um título que tem de ser merecido e confirmado pelas acções e pelo talento enquanto *maâlem* [ou *maâlma*]."

Se o caminho de afirmação na música gnaoua não é simples nem imediato, não o foi, seguramente, para Asmaa Hamzaoui. Mas as barreiras maiores, ao contrário do que seria de esperar, não foram ➔

Cultura Festival Gnaoua et Musiques du Monde, em Marrocos

erguidas pelos mais velhos e detentores da chave da tradição. "As pessoas no meio eram muito relutantes em ver uma mulher e verem-me a trabalhar com eles", conta a instrumentista e cantora ao PÚBLICO. "Mas isso aconteceu sobretudo com as pessoas da minha geração." E porquê? "Porque sou uma mulher e consigo trabalho enquanto alguns deles não, e ficam desempregados", responde. "Há uma mistura de factores, mas podemos dizer que é sobretudo inveja e ciúmes." Hamzaoui não menciona o orgulho masculino ferido, mas fica subentendido nas entrelinhas do seu discurso.

Uma montanha-russa

Fim de tarde de sexta-feira em Essaouira, portanto. Asmaa Hamzaoui e as Bnat Timbouktou avançam para o palco, sobrevoado por dezenas de gaivotas e com as águas do Atlântico a compor o retrato. Avançam pelo corredor que divide a "plateia" em dois, e o entusiasmo entre o público é um rastilho de pavio muito curto. Tal como se viu no desfile de abertura do festival na véspera, quando um longo cortejo de grupos gnaouas toma uma das ruas principais da medina de Essaouira, apinhada desde a porta de Bab Doukkala até à outra porta de Bab El Menzeh – o lugar onde Orson Welles se instalou, por que se apaixonou e que tomou por cenário para o seu *Otelo* –, os colectivos femininos provocam por onde passam um imediato e espontâneo coro de encorajamento, por parte de um público que celebra o fim de um lugar de retaguarda a que as mulheres estavam votadas (cabia-lhes a organização dos rituais *gnaouas*; na faceta artística, não mais do que a dança).

Embora reconheça que o reportório tradicional *gnaoui* – com o qual assume o seu compromisso – resulta do "sofrimento dos escravos e [da junção] do sofrimento de todas as pessoas reunido num só", diz ao PÚBLICO, Asmaa Hamzaoui não consegue disfarçar um frequente sorriso em palco. Os sorrisos dos músicos *gnaouas*, teoriza Alikkane, só acontecem depois de "esvaziar toda a dor interior" através da música. Mas essa é uma regra que diz respeito à essência espiritual e terapêutica desta tradição, e não tanto à vertente de espectáculo que encontramos no contexto do Festival Gnaoua de Essouira.

A experiência mais aproximada do *gnaoua*, e mesmo assim adaptada a este formato e a este público, acontece nos vários concertos intimistas que têm lugar em salas mais pequenas, a partir das 23h. Não se prolongam por longas horas – ao contrário das *lilas* tradicionais –, mas permitem espreitar o ambiente de êxtase em que a música costuma ter lugar, e em que se torna mais

DR



ASSAOUD



Em cima: grupo de mulheres no desfile inaugural. Ao centro e em baixo: é nos concertos intimistas que se torna mais óbvio quem são os *maâlemin* ou aspirantes a *maâlemin* com a capacidade de passar a música para os corpos dos outros

ASSAOUD



óbvio quem são os *maâlemin* ou aspirantes a *maâlem* com a capacidade de passar a música para os corpos dos outros, como que os abanando com uma mera aceleração rítmica ou uma dança que convida a deixar os *poufs* em repouso. A juventude marroquina enche boa parte destas salas (com bilhetes pagos, ao contrário dos grandes palcos do festival), junta as suas vozes a temas do reportório que todos sabem de cor, agita os cabelos naquilo a que num concerto de rock se chamaria *headbanging* e aqui é simples extensão de um transe que pega mais rápido do que fogo em erva seca.

Mais do que nos grandes palcos do festival, é aqui que se sente com absoluta clareza a dinâmica dos temas que começam quase sempre numa contenção que é todo um livro de estilo sobre a construção de um momento de estouro, como uma canção blues mantida pela repetição do *guembri* e a batida paciente do *tbel* (um tambor açoitado com uma baqueta curva), e que, num instante, ferve e transborda. Canta-se, grita-se, bate-se as palmas na perseguição à aceleração súbita das castanholas até que, num novo repente, tudo volta a amornar. Uma experiência *gnaoua* é, no fundo, uma espécie de montanha-russa da transcendência e da espiritualidade, ao ritmo de constantes altos e baixos - cada acalmia, na verdade, serve só para garantir que, pouco depois, haverá de novo por onde escalar vertiginosamente.

Tudo isto sabe e domina na perfeição Asmaa Hamzaoui, treinada pelo seu pai e responsável pela aprendizagem das mulheres que a acompanham em palco – também elas a fazer um percurso enquanto figuras secundárias de um concerto em que não podem ainda colocar o nome de cada uma. Agora, a estrela é Hamzaoui, com um longo caminho a percorrer na mestria do *guembri*, mas bem-sucedida na primeira etapa que já percorreu, na luta por que "as mulheres também façam parte, toquem as *qraqeb*, o *tbel*, cantem, dancem e possam ser tudo aquilo que quiserem". Essa é uma luta que, na verdade, é quase uma inevitabilidade. Porque aquilo que a *maâlma* diz ao PÚBLICO é que quer ser "o *califat*" do seu pai. Uma só palavra (sem o sentido político mais comum) para descrever "continuidade", para designar a missão de ser aquela que "herda, preserva e protege a tradição" defendida pelo seu antecessor. Porque este texto, embora possa não o parecer, não é exactamente sobre música. Embora ela esteja sempre presente em fundo, e como ferramenta e banda sonora obrigatória.

O PÚBLICO viajou a convite do Festival Gnaoua et Musiques du Monde de Essaouira

O piano é para todos no Festival de Oeiras

Mário Lopes

Até 28 de Julho, entrada livre para recitais de reputados pianistas no Festival Internacional de Piano de Oeiras

Por um lado, a vontade de reunir todos os fins-de-semana ao longo de um mês um conjunto de pianistas que dêem expressão em palco ao virtuosismo que o instrumento proporciona. Por outro, o desejo de tornar a fruição dessa experiência aberta a todos, capaz de tanto entusiasmar melómanos experientes como público que descobrirá ali as maravilhas do piano – daí a entrada gratuita, mediante inscrição. Falamos do Festival Internacional de Piano de Oeiras (FIPO), cuja sétima edição decorre entre hoje e 28 de Julho.

Pelo palco do Auditório Municipal Ruy de Carvalho, em Carnaxide, passarão nomes destacados da arte pianística do nosso tempo, como Yulianna Avdeeva, Piotr Anderszewski, Yeol Eum Son e Yoav Levanon. Passará, no arranque do festival, Teresa da Palma Pereira, que é também a directora artística do festival. E que partilha, como atesta o seu percurso, a dimensão inclusiva, intergeracional e interclassista, que o FIPO anuncia.

Hoje, às 18h (horário de todos os recitais), na abertura do festival, vamos ouvir a pianista que, paralelamente ao percurso nacional e internacional que tem desenvolvido, tem procurado levar a música erudita a outros palcos e outros públicos, através de recitais comentados em espaços como a Livraria Ler Devagar, em Alcântara, ou bairros sociais da Grande Lisboa. Directora artística do festival desde 2018, leva a palco um programa formado por Mozart, Chopin, Liszt, Tchaikovsky, Albéniz e Rimsky-Korsakov.

Paralelamente aos concertos, decorrerá, no Palácio Flor da Murta, um Curso de Iniciação ao Piano (9 a 12 de Julho) ministrado pela sua directora artística, que será também responsável, com Yulianna Avdeeva, pelas *masterclasses*, no mesmo local, de 18 a 22 de Julho.



Yulianna Avdeeva

Yulianna Avdeeva será protagonista do recital de 21 de Julho. Revelada mundialmente com o primeiro prémio, em 2010, no Concurso Internacional de Piano Frédéric Chopin, o prestigiado concurso de Varsóvia, colaborou ao longo dos anos com a Filarmónica de Los Angeles, a Sinfónica de Viena, a Filarmónica de Varsóvia ou a Sinfónica da Rádio de Berlim. Interpretará Chopin e Liszt.

A pianista russa será protagonista do penúltimo concerto do festival. Para o encerrar com chave de ouro, no dia 28 de Julho, chega um dos mais reputados pianistas da actualidade, Piotr Anderszewski. Polaco, nascido em 1969, é reconhecido tanto pelo seu virtuosismo como pela forma como faz de cada apresentação um diálogo musical, não só entre si e o compositor interpretado, mas também entre as obras escolhidas. Dobrando enquanto solista e director de orquestra, conta no seu percurso com actuações em salas como o Konzerthaus de Viena, o Concertgebouw de Amesterdão, a Philarmonie de Berlim ou a Fundação Calouste Gulbenkian, onde este visitante regular dos palcos portugueses actuou em Fevereiro. Traz ao FIPO Beethoven, Szymanowski, Bartok e Bach.

O cartaz do festival completa-se com a sul-coreana Yeol Eum Son (7 de Julho) e com o israelita Yoav Levanon (14 de Julho). Este último é uma estrela em ascensão, talento reconhecido com meros 15 anos, sendo agora considerado, aos 20, um dos mais promissores pianistas do nosso tempo. Iremos ouvi-lo interpretar Bach (segundo as transcrições de Ferruccio Busoni), Chopin, Liszt e *Hexensabbat*, a peça composta pelo pianista canadiano Marc-André Hamelin que Yoav Levanon estreou em Lucerna, em Janeiro deste ano.

Quanto a Yeol Eum Son, intérprete de Mozart, Haydn, Beethoven Liszt ou Schumann que não se fixa em repertório ou períodos históricos, procurando alargar a sua curiosidade às mais diversas áreas, cruzou-se ao longo da carreira com maestros como Lorin Maazel, Antonio Pappano ou Joana Carneiro e com instituições como Konzerthaus Orchestra Berlin, a Filarmónica de Dresden, a Orquestra Filarmónica da Radio France ou a Filarmónica da BBC. Traz ao FIPO obras de Paderewski, Weissenberg, Friederich Gulda e Earl Wild.



Frankfurt, escala obrigatória no crescimento do futebol feminino

A Frauen Bundesliga vai ter mais duas equipas, o investimento tem sido reforçado e há um plano estratégico para cumprir até 2027 na Alemanha, cada vez mais uma potência nesta frente

Nuno Sousa, em Frankfurt

O botão de somar das calculadoras começa a ficar gasto quando se fala do paradigma actual do futebol no feminino. A modalidade tem crescido ao ritmo dos cogumelos, a nível doméstico e continental, e uma das Ligas mais fortes do planeta anunciou esta semana um novo salto em frente: a partir de 2025-26, a Frauen Bundesliga vai contar com mais dois representantes. Até lá, continuaremos a acompanhar o que acontece na Alemanha, se o Bayern reforça a recente superioridade ou se o Wolfsburgo e o Eintracht quebram a lógica.

Estamos em Frankfurt, cidade-referência em matéria de futebol, seja qual for o género. No feminino, na verdade, o palmarés é gritantemente superior, graças a duas equipas que entretanto deixaram de existir – uma para desaparecer de vez, em 2006, a outra para se fundir com o maior emblema local. De todo o modo, e apesar de ter perdido um pouco de terreno nos últimos anos, Frankfurt continua a ser a cidade alemã com mais campeonatos no currículo.

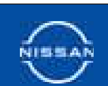
Esses dez títulos nacionais dividem-se por duas colectividades, três para o FSV Frankfurt (1996, 1995 e 1998) e sete para o FFC Fankfurt, todos entre 1999 e 2008. Neste período de hegemonia, os anos de 2008 e 2002 foram especialmente marcantes, já que, à Bundesliga, o clube conseguiu juntar a conquista da Taça da Alemanha e da Liga dos Campeões. Um certificado de competência com carimbo nacional e europeu.

Percebemos que a modalidade está em trajectória ascendente pelos vários sinais e indicadores que têm surgido. Um deles, aqui em Frankfurt, foi a fusão impulsionada pelo Eintracht e formalizada no dia 27 de Agosto de 2020, precisamente 22 anos após a criação do FFC. Depois de quatro Champions, sete Ligas e nove Taças da Alemanha, a equipa formada no bairro de Rödelheim viu na união de forças com o gigante do futebol masculino, cuja versão feminina andava pelos escalões inferiores, uma oportunidade para recuperar a glória perdida.

Na prática, isto significou o início de uma escala de profissionalização sem precedentes. O projecto gerou nada menos do que cinco equipas,







BORIS STREUBEL/GETTY IMAGES



Os festejos das jogadoras do FFC Frankfurt na conquista da Champions feminina em 2015

distribuídas pelas várias divisões, que permitem uma triagem e um acompanhamento competitivo alargado. A equipa principal passou a treinar-se, desde 2022, no Deutsche Bank Park, deixando as instalações de Rebstock (um par de campos relvados num espaço com vários *courts* de ténis). E foi posto em marcha um projecto de requalificação de um complexo anexo ao estádio, com novos balneários, ginásio, sala de fisioterapia, *lounge* e demais comodidades.

Na altura da competição, a equipa feminina do Eintracht tem alternado jogos no próprio Deutsche Bank Park (os mais importantes, naturalmente) com a antiga casa do FFC, o Stadion am Brentanobad, que o PÚBLICO visitou e que apresenta também condições muito interessantes – cerca de 5700 lugares, dois campos de treino e iluminação artificial.

"É um marco importante"

O investimento feito pelo Eintracht espelha, de certa forma, o investimento de outros colossos do futebol alemão. O Bayern Munique, que ganhou três dos últimos quatro campeonatos, tem no plantel 17 jogadoras estrangeiras e está a conseguir contrariar o poderio do Wolfsburgo, uma das mais bem-sucedidas equipas do panorama europeu (duas Champions, sete campeonatos, oito taças). E tem sido este trio a ocupar o pódio nos anos mais recentes, numa Bundesliga há muito construída à volta de 12 participantes.

Dentro de uma temporada, porém, esse número vai crescer para 14 – nas principais Ligas europeias, só Espanha tem mais (16) –, dando seguimento a um estudo encomendado pela DFB (federação de futebol alemã) para avaliar as oportunidades de crescimento da Liga. "É um marco importante para nós, em termos de visibilidade. Acreditamos que isto vai contribuir para a atracção e qualidade da Liga a curto e médio prazo, porque mais clubes vão ter a hipótese de se posicionarem no futebol profissional e investirem", reagiu Katharina Kiel, directora técnica do Eintracht.

Os números de espectadores também ajudam a alimentar a máquina. Há um ano, o recorde de adeptos num jogo da Bundesliga feminina foi batido em Colónia, num embate com o Eintracht, curiosamente, que registou 38.365 pessoas nas bancadas. É verdade que está longe de medir forças com alguns jogos dos campeonatos do Brasil, México ou até, em circunstâncias especiais, Inglaterra, mas a margem do crescimento atesta um interesse sólido – a média nos estádios germânicos traduz uma subida de 277% desde 2021-22.

A caminhada da selecção feminina da Alemanha até à final do Europeu de 2022 (perdeu com a Inglaterra, no prolongamento) ajudou a consolidar a adesão. O estudo da DFB aponta para 19 milhões de alemães interessados no fenómeno e traça, para o horizonte de 2031-32, objectivos concretos, contando que nessa altura a prova seja já disputada por 16 equipas: valor comercial da Bundesliga a rondar os 130 milhões de euros, média de 7500 espectadores por jogo no estádio e de 750 mil através da televisão e plataformas digitais.

Cumulativamente, há um plano estratégico em marcha, que aponta 2027 como horizonte para se atingirem metas específicas, como títulos internacionais de clubes e selecções, o aumento de 25% no número de jogadoras, treinadoras e árbitras, a duplicação da cobertura mediática e a subida para 30% da proporção de mulheres em instâncias de decisão.

"É um sinal de uma nova era. Estamos a acompanhar os inúmeros projectos que já foram implementados com o propósito de dar às mulheres a visibilidade e o apreço que merecem no futebol alemão", resumiu Doris Fitschen, coordenadora do programa *Mulheres no Futebol*. E há razões para crer que é possível. Afinal, a Alemanha é o país recordista de Ligas dos Campeões (nove) e o mais plural nessas conquistas, com quatro clubes a levantarem o troféu.

Oitavos-de-final

Espanha não quer surpresas da outra Ibéria

Paulo Curado

Ibéria foi o nome dado pelos antigos greco-romanos ao reino que floresceu no Cáucaso, entre os séculos IV a.C e V d.C, naquele que é hoje o território da Geórgia e que esteve na sua génese. Para alguns autores clássicos, esta seria a terra dos iberos orientais, por contraste com os ocidentais, que habitavam uma península a quatro mil quilómetros, no extremo oposto da Europa.



Parentes remotos ou não, há quem defenda que a enigmática origem do povo basco poderá passar pelo Cáucaso, justificando a hipótese com alguma proximidade linguística com o georgiano. O que a Espanha (ou Portugal) não tem definitivamente em comum com a modesta Geórgia é a dimensão futebolística internacional, ainda que os portugueses não a tenham comprovado na derrota por 2-0 frente à selecção da antiga ibéria oriental, na última partida da fase de grupos do Euro 2024.

Um aviso para os espanhóis, que defrontam esta noite (20h, SIC), em Colónia, a equipa caucasiana nos oitavos-de-final, com a memória ainda viva da síndrome marroquina no último mundial. Em 2022, no Qatar, a selecção do Magrebe eliminou a Espanha nos oitavos-de-final e Portugal nos quartos, contra todas as expectativas.

Após um histórico apuramento para uma fase final de uma grande competição, com a sobrevivência na fase de grupos carimbada com um triunfo sobre a equipa de Cristiano Ronaldo, o moral frente à Espanha será total. Isto apesar dos insucessos traumáticos recentes frente ao mais cotado adversário ibérico, que persegue um inédito quarto título na competição.

As duas selecções encontraram-se no apuramento para este mesmo Europeu, em Setembro e Novembro de 2023, e o saldo foi francamente negativo para os georgianos. Após uma enorme humilhação em Tbilissi, onde foi goleada por 7-1, a Geórgia perdeu também em Espanha, por 3-1.

Acabou por chegar ao Campeonato da Europa pela porta dos *play-off*, após derrotar o Luxemburgo (2-0) e a Grécia, nas grandes penalidades. Na Alemanha, começou em falso com uma derrota contra a Turquia (3-1), mas somou o primeiro ponto no empate com a República Checa (1-1), antes de alcançar o mais alto patamar no seu futebol com a vitória frente a Portugal. Marcou em todos os jogos e vai agora testar a única equipa que manteve a baliza inviolada durante os primeiros três encontros.

Se as probabilidades e as estatísticas não sorriem à Geórgia, sobram a confiança dos jogadores e a total fé dos adeptos que tem vindo em crescendo neste Europeu. As grandes exibições do guarda-redes Giorgi Mamardashvili (que alinha no Valência de Espanha) e o excelente momento de Khviche Kvaratskhelia, autor do primeiro golo contra Portugal, contribuem para aumentar as expectativas.

O dono das redes georgianas não quer conter este entusiasmo. "Para mim, a Espanha é a grande favorita a ganhar o Europeu. A Geórgia, pelo contrário, é um país pequeno, mas com grande coração. Temos de lutar ao máximo. Temos feito uma boa campanha e queremos desfrutar, lutar e competir", sintetizou esta sexta-feira, na antevisão do encontro, onde considerou Kvaratskhelia "melhor que toda a Espanha".

Para o sucesso da Geórgia tem-se destacado ainda o veterano defesa-central Guram Kashia, de 36 anos, tanto para a segurança da sua baliza como na procura do golo nas redes adversárias, somando nove remates. Capitão da selecção, a sua saída da equipa chegou a ser exigida por alguns adeptos e dirigentes políticos há sete anos, após ter usado uma braçadeira da comunidade LGBTIQ+ durante um jogo pelo seu antigo clube, o Vitesse da Holanda.

Manteve-se firme com o apoio dos companheiros, com quem partilha agora os momentos de maior glória do futebol georgiano.

FILIP SINGER/EPA



Mamardashvilli, guarda-redes da Geórgia



Oitavos-de-final

Alemanha emergiu da tempestade para se vingar da Dinamarca

2	0
ALEMANHA	DINAMARCA

Signal Iduna Park, em Dortmund.

Alemanha Neuer; Kimmich, Rüdiger, Schlotterbeck, Raum (Henrichs, 81'); Andrich (Emre Can, 64'), Toni Kroos; Leroy Sané (Anton, 88'), Gündogan (Füllkrug, 64'), Musiala (Wirtz, 81'); Havertz.
Treinador Julian Nagelsmann

Dinamarca Kasper Schmeichel; Bah (Kristiansen, 81'), Andersen 57', Vestergaard, Christensen Bruun Larsen, 81'), Maehle 60'; Delaney (Norgaard, 69'); Olsen (Oulsen, 69'), Hojbjerg, Eriksen; Hojlund (Wind, 81').
Treinador Kasper Hjulmand

Árbitro Michael Oliver (Inglaterra)
VAR Stuart Attwell (Inglaterra)

Golos 1-0 Havertz (53' g.p.), 2-0 Musiala (68')

Positivo/Negativo



Kasper Schmeichel
Começou cedo a honrar a tradição do pai, Peter, com defesas que evitaram um arranque comprometedor. O remate de Kimmich (7') levava fogo. E muitos mais se seguiram.

Havertz
Furtivo numa posição em que se assume como uma espécie de fantasma, aparecendo apenas para aterrorizar os defesas. Com outra eficácia, teria tido uma noite inesquecível.

Rüdiger
Patrulhou uma zona em que teve de gerir os picos do ataque dinamarquês. À primeira investida, Eriksen podia ter marcado, não fora o central do Real Madrid. Sempre a crescer até final, quando evitou um golo e festejou como se tivesse marcado o 3-0.

Andersen
Dupla infelicidade: primeiro no golo anulado e logo a seguir no penálti que desbloqueou o triunfo dos alemães.

Augusto Bernardino

Golos de Havertz e Musiala na segunda parte decidiram eliminatória que teve momentos de alta voltagem, como a noite de Dortmund

Com um triunfo (2-0) sobre a Dinamarca, Alemanha avança para os quartos-de-final do Euro, ficando a aguardar impacientemente pelo vencedor do Espanha-Geórgia. Um penálti de Kai Havertz (53') e uma cavalgada de Musiala (69') decidiram o segundo jogo dos "oitavos" a favor da selecção anfitriã, que assim "vingou" a final do Euro 1992.

A Alemanha entrou com pressa de carimbar a passagem aos quartos-de-final, encostando a Dinamarca às cordas com uma sucessão de investidas que, em sete minutos, poderiam ter mexido duas vezes no marcador. Avisada, a selecção escandinava erigiu um muro, inspirado na famosa parede amarela do Iduna Park.

Kasper Hjulmand não teve pejo em destacar uma linha de cinco defesas, protegida por um médio (Delaney) que policiava toda a zona frontal da área. Apesar do ferrolho, a Alemanha só não marcou porque Kasper Schmeichel blindou literalmente a baliza aos golpes de Havertz e Kimmich. E quando o filho do gigante Peter Schmeichel não agarrou a bola de Schlotterbeck, o árbitro anulou o golo por acção "subversiva" de Kimmich.

O tempo estava instável e a tempestade anunciada pela meteorologia chegou a poucos minutos do intervalo para interromper de forma brusca (a pausa durou 25 minutos), mas oportuna para os anfitriões, a melhor fase da Dinamarca, que, entretanto, emergira incólume da amálgama deixada pela passagem do "panzer" de Julian Nagelsmann.

Eriksen era o cérebro e o coração da sublevação, que só não virou o jogo do avesso porque Mahele não teve a perícia necessária para ferir os alemães. Com a temperatura do jogo a atingir níveis perigosos, as equipas pararam para hidratar, o que os deuses resolveram de forma desproporcional, descarregando uma bátega que levou toda a gente para os balneários, interrompendo o jogo por 25 minutos. Fechados os céus, com os relâmpagos e os trovões a seguirem para outras paragens, o jogo voltou com três descargas eléctricas que podiam ter mudado a face da partida.

Ao ritmo de Havertz

Havertz ameaçou mais uma vez, com Schmeichel a corresponder, dando a Manuel Neuer, na baliza contrária, a oportunidade de brilhar no dia em que suplantou a marca de Schweinsteiger, assumindo-se como o jogador alemão com mais jogos (19) em fases finais de Campeonatos da Europa. Neuer puxou dos galões e negou o golo a Hojlund, que instantes antes já tinha ameaçado com disparo às malhas laterais. Mais uma vez, Eriksen na génese do lance, com Delaney a libertar-se para isolar o avançado, a quem Neuer negou a felicidade suprema.

Mas a Dinamarca tinha mais trunfos escondidos na manga. Um truque que só não resultou na perfeição porque o golo de Andersen (50') estava ferido de ilegalidade, como mostrou o VAR. A Alemanha precisava de se inspirar na nossa Maria da Fonte para tocar a reunir e travar a ameaça nórdica.

Suprema ironia do destino, o mesmo Andersen a quem tinha sido anulado o golo dinamarquês tocou com a mão na bola após cruzamento de Raum. O *chip* alertou o VAR e a Alemanha beneficiou de um penálti que Havertz não perdoou. O avançado do Arsenal até podia ter bisado logo a seguir, mas não encontrou o ângulo ideal e a bola contornou o poste, alimentando a incerteza por mais uns instantes.

Havertz voltou a estar perto de bisar, mas acabaria por ser Musiala a dissipar as dúvidas e a ampliar a vantagem, voltando ao topo dos goleadores, a par do georgiano Mikautadze, com três golos no torneio. O triunfo da Alemanha precisava apenas do carimbo oficial, que a Dinamarca ainda tentou evitar com argumentos válidos mas insuficientes para expulsar a "Mannschaft" do seu próprio Europeu.

KAI PFAFFENBACH/REUTERS

A Alemanha sofreu, mas continua em prova no "seu" Europeu

Oitavos-de-final

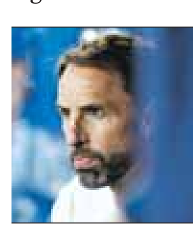
Inglaterra quer elevar o nível para superar a Eslováquia

Ainda à procura de um nível exibicional mais consentâneo com o estatuto de candidato ao título, a Inglaterra – vencedora do Grupo C – procura, esta tarde (17h, SPTV1), em Gelsenkirchen, o quarto apuramento consecutivo para os quartos-de-final em Europeus.



Inglaterra
Eslováquia
17h00 | SPTV1

Antes de começar a pensar na Suíça, no caminho da selecção comandada por Gareth Southgate surge a Eslováquia, uma das quatro apuradas na condição de terceiro melhor classificado, após triunfo inesperado sobre a Bélgica, seguido de derrota com a Ucrânia e de um empate com a Roménia. Isto, depois de ter garantido um lugar no Alemanha2024 com o segundo lugar no grupo de Portugal… onde foi a única a bater a defesa da equipa de Roberto Martínez, na derrota por 3-2 no Dragão. Eslováquia que persegue a primeira presença entre os oito melhores num Europeu.



Southgate: "Temos de jogar a um nível alto para vencer um adversário muito forte, agressivo e pressionante."

Consciente do valor da selecção dirigida pelo italiano Francesco Calzona e comandada em campo por Stanislav Lobotka, Gareth Southgate precisa de uma vitória convincente para calar um coro de críticas alimentado pelos dois empates da fase de grupos, onde os "Três Leões" só venceram (1-0) a Sérvia, não indo além de um nulo com a Eslovénia, depois da igualdade (1-1) ante a Dinamarca.

Deixando a sua Itália à margem, antecipando a eliminação do campeão europeu, Calzona colocou os ingleses no grupo de favoritos à vitória final, juntamente com Espanha e Portugal. Um gesto de cortesia para com o adversário, que poderá ajudar os eslovacos a encontrarem o seu limite na competição, como sugere o italiano. Southgate aceita a responsabilidade dos favoritos ao garantir não estar na Alemanha para passar a fase de grupos. "Viemos para tentar vencer o torneio", assume, ciente de que necessita de jogar "a um nível suficientemente alto para vencer um adversário muito forte, agressivo e pressionante".

KARINA HESSLAND/REUTERS



A Suíça terá pela frente nos quartos-de-final do Euro o vencedor do Inglaterra-Eslováquia

Grupo

Suíça despede com autoridade campeões italianos no Euro

Crónica de jogo

Paulo Curado

Suíça não deu qualquer hipótese aos campeões europeus e está bem lançada na caminhada para Berlim

O triunfo da Suíça por 2-0 que enviou para casa a campeã Itália foi festejado com entusiasmo também numa ilha das Caraíbas. Rubén Vargas, filho de pai nascido na República Dominicana, foi o herói da passagem dos helvéticos aos quartos-de-final do Euro 2024, ontem, com uma assistência e um golo. Faz parte de uma geração multicultural, de jogadores filhos de imigrantes, que ajudaram a revolucionar o futebol helvético.

A grande exibição contra os anfitriões germânicos na última terça-feira não foi obra do acaso. Se a selecção da casa teve trabalho extra para minimizar o estrago e empatar o encontro (1-1) já nos descontos, a Itália não teve esse discernimento, de tal forma foi controlada em todo o jogo. O guarda-redes Gigi Donnarumma voltou a ser o melhor em campo da sua equipa e está tudo dito.

Frente aos italianos, a selecção orientada por Murat Yakin reiterou que é um adversário temível, fortemente organizado, solidário e eficaz. Argumentos que serviram de bandeja para a primeira vitória em 31 anos com os transalpinos.

2 **SUÍÇA** — **0** **ITÁLIA**

Jogo no Estádio Olímpico, em Berlim
Assistência 68.172 espectadores

Suíça Sommer, Akanji, Rodriguez, Schar, Freuler, Xhaka, Rieder (Stergiou, 72’), Aebischer (Steffen, 90’+2’), Embolo (Duah, 77’), Vargas (Zuber, 71’) e Ndoye (Sierro, 77’).
Treinador Murat Yakin

Itália Donnarumma, Di Lorenzo, Mancini ●57’, Bastoni, Darmian (Cambiaso, 74’), Barella 35’● (Retegui, 64’), Fagioli (Frattesi, 86’), Cristante (Pellegrini, 75’), Chiesa, Scamacca e El Shaarawy ●45’ (Zaccagni, 46’).
Treinador Luciano Spaletti

Árbitro Szymon Marciniak (Polónia)

Golos: 1-0, por Freuler (37’); 2-0, por Vargas (46’)

E nem foi preciso acelerar muito, já que os italianos não tiveram qualquer pudor em oferecer a bola e a iniciativa ao oponente, procurando fechar todos os espaços para a sua área e não arriscando nada a nível atacante. Quando tudo o resto falhava, sobrava o seu gigante entre os postes para adiar o golo.

Mas nem Donnarumma conseguiu evitar os estragos aos 37’, quando Vargas viu Freuler a movimentar-se na área, colocando a bola no seu companheiro do meio-campo, que desfez o nulo. O mais difícil estava feito e empurrava, em teoria, a iniciativa para os italianos.

O arranque da segunda metade começou a retirar quaisquer dúvidas sobre uma eventual mudança na corrente da partida. Logo aos 46’, o incontornável Vargas quis ornamentar a sua exibição e, com frieza, rematou, colocando a bola no canto superior esquerdo da baliza italiana.

Se as coisas estavam difíceis para os campeões, pior ficaram, já que continuavam sem conseguir ligar o seu jogo. Mesmo assim, de forma fortuita, poderiam ter diminuído a desvantagem, aos 52’, quando um corte defensivo de Fabian Schar embateu no poste da sua baliza. O ferro voltaria a ser protagonista aos 71’, na melhor jogada atacante (talvez a única com princípio meio e fim), finalizada com excesso de pontaria por Scamacca.

Os suíços vão aguardar o desfecho do Inglaterra-Eslováquia, hoje, para conhecerem o adversário dos quartos-de-final, que se disputa no próximo dia 6, em Dusseldorf. Foi neste patamar que os helvéticos caíram no anterior europeu, eliminados pela Espanha nas grandes penalidades. Pelo caminho, nos oitavos, tinham deixado a França.

Duas selecções que a Suíça irá agora evitar no caminho para uma eventual final. Se passarem a próxima eliminatória, terão encontro marcado com um de quatro candidatos, que incluem Roménia, Países Baixos, Áustria ou Turquia. Por aquilo que já provaram na Alemanha, Berlim não é uma miragem.

Bardet entrou à frente no seu último Tour

Marco Vaza

Francês é o primeiro camisola amarela na Volta à França em bicicleta. É a primeira vez que o consegue

Na última década, Romain Bardet foi uma das grandes esperanças francesas para ganhar o Tour. Nunca o conseguiu, apesar de ter terminado seis vezes no top 10, incluindo um 2.º lugar e um 3.º (os dois em anos de vitória de Chris Froome), e nunca vestira um único dia a camisola amarela. Essa esperança perdeu força nos últimos anos e Bardet (PostNL) já não terá ilusão de ganhar, mas, pelo menos por um dia (e serão mais), o veterano ciclista francês vai estar na frente. No primeiro dia da sua última Volta à França em bicicleta, Bardet cumpriu esse sonho, puxado até à meta por um colega de equipa que estava a pedalar no Tour pela primeira vez.

Num primeiro dia sem prólogos ou contra-relógios, com dificuldades de montanha (nada menos que sete contagens), o pelotão arrancou de Florença e, mais de cinco horas depois, chegou a Rimini, cidade costeira do Adriático (e terra natal de Fellini). Entre a partida e a chegada, ataques e contra-ataques a fragmentarem o pelotão, e deixaram Bardet e Frank Van den Broek, o seu jovem colega neerlandês. O estreante puxou pelo veterano e ambos foram mantendo o pelotão à distância à medida que se aproximavam de Rimini.

Nos últimos metros, homens como Wout van Aert (Visma) e Tadej Pogacar (Emirates) bem tentaram aproximar-se, mas o entendimento do duo da frente foi perfeito e Bardet conseguiu mesmo ser o primeiro a cortar a meta, com Broek ao lado, com o pelotão a chegar cinco segundos depois. “Não tinha esperança nenhuma de que isto ia correr bem”, disse o ciclista francês após o final da etapa. “Não conhecia o percurso muito bem, mas o Frank estava muito forte e achei que não tínhamos nada a perder”, reforçou.

Esta foi a quarta vitória em etapas para Bardet, ele que já venceu o primeiro da montanha em 2019 e ficou com o prémio da combatividade em 2015. Esta foi a primeira vez que conseguiu ficar com a camisola amarela, ele que se vai retirar no final da época. “Era um dos objectivos que eu tinha para a minha carreira. Estive muitas vezes perto, mas nunca tinha conseguido”, disse.

Num dia em que apenas desistiu um dos 176 ciclistas que alinharam à partida (Michele Gazzoli, da Astana), dois dos três portugueses presentes chegaram integrados no primeiro pelotão que terminou a cinco segundos, Rui Costa (Education First) no 39.º, e João Almeida (Emirates) no 43.º, enquanto Nelson Oliveira (Movistar) chegou mais atrasado - 64.º, a 18m46s.

Classificação

GERAL	
1.º Romain Bardet (PostNL)	5h07m12s
2.º F. Van den Broek (PostNL)	a 4s
3.º Wout Van Aert (Visma)	a 11s
4.º Tadej Pogacar (Emirates)	a 15s
5.º Maxim Van Gils (Lotto)	a 15s
39.º Rui Costa (Education First)	a 15s
43.º João Almeida (Emirates)	a 15s
64.º Nélson Oliveira (Movistar)	a 18m56s

STEPHANE MAHE/REUTERS



Romain Bardet a cortar a meta em Rimini

BARTOON LUÍS AFONSO









"Padrinho" Cavaco dá a táctica: eleições ou bloco central

Anacrónica



Ana Sá Lopes

Já não é segredo para ninguém que Cavaco Silva é o verdadeiro mentor de Luís Montenegro. É normal que o novo líder se aconselhe com o mais bem-sucedido dos dirigentes do seu partido nos últimos 40 anos. Pedro Passos Coelho ficou triste porque, ao fim de contas, foi ele que "criou" Montenegro. Mas é a vida: estrategicamente, a colagem a Passos era penalizadora junto do eleitorado pensionista. E apesar de tanto Cavaco como Passos serem os dois dirigentes de direita mais odiados pela esquerda, Cavaco esteve 20 anos no poder e deu o 13.º mês aos reformados. Passos cortou e aplicou o programa "ir além da *troika*" – que Luís Montenegro defendia no Parlamento enquanto chefe da bancada –, mas cuja herança agora não lhe dá jeito nenhum.

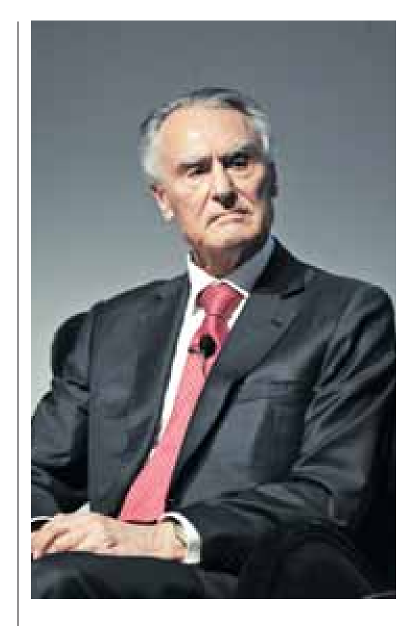
Tendo em conta esta dinâmica da relação entre Cavaco e Montenegro, é normal que se tente compreender até que ponto é que Luís Montenegro é influenciado pelos textos de Cavaco Silva e se o novo "melhor amigo" está a ajudar ou a desajudar o primeiro-ministro.

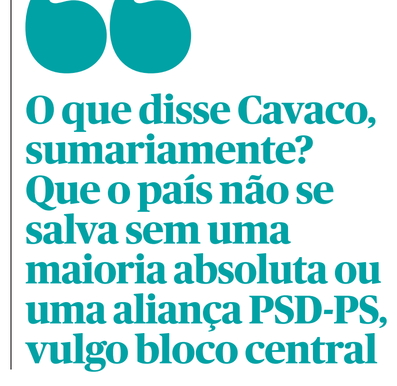
Às vezes, é possível defender duas coisas ao mesmo tempo. É raro: mas uma tentativa de ajuda pode transformar-se em desajuda e uma "desajuda" acaba surpreendentemente por resultar em benefícios para o "desajudado".

O que disse Cavaco, no texto do *Expresso*, sumariamente? Que o país não se salva sem uma maioria absoluta (obtida eventualmente através de eleições antecipadas) ou com uma aliança PSD-PS, vulgo bloco central.

A segunda hipótese é uma impossibilidade total. A vacina 1983-1985 – quando o PS, que pedia uma maioria absoluta, acabou com 20% nas legislativas - transformou uma qualquer aliança PS/PSD numa espécie de "solução abominável". Depois da cena da demissão "irrevogável" de Paulo Portas, Passos Coelho (sob a influência de Cavaco Silva) convidou o PS, então liderado por António José Seguro, para uma aliança. Foi impossível.

Independentemente de pactos esporádicos (como este pacto sobre a justiça que vem aí), em nenhuma situação o PS algum dia vai partilhar um governo com o PSD. Nem com um secretário-geral como Pedro Nuno Santos, nem sem um secretário-geral como Pedro Nuno Santos: é uma hipótese enterrada. Foi a partir da denúncia do bloco central que Cavaco construiu o seu sucesso: o PS nunca perdoará. A sua sobrevivência pode estar mesmo em causa.





O que disse Cavaco, sumariamente? Que o país não se salva sem uma maioria absoluta ou uma aliança PSD-PS, vulgo bloco central

Excluída a sugestão da aliança PSD/PS, restam as eleições antecipadas com maioria absoluta. É provável que Cavaco Silva esteja a preparar os portugueses para umas eleições antecipadas em 2026, na mesma linha com que Luís Montenegro esporadicamente o faz. O Governo, no fundo, não quer eleições a curto prazo porque, tal como o PS, sabe que o resultado das europeias mostrou que nenhum dos partidos centrais tem grande supremacia sobre o outro.

O Chega também não pode desejar eleições, sob o risco de perder metade da bancada, coisa que os seus 50 deputados têm bastantes razões para temer: Ventura vai revolver as entranhas e aprovar o Orçamento Montenegro dizendo que não é de Montenegro, mas do Chega, ou coisa que o valha.

O PS vai passar uns tempos a bater com a cabeça nas paredes para escolher a solução que não o cole ao Governo, mas também não permita abrir a porta a eleições antecipadas, que os seus autarcas e muita gente mais querem evitar a todo o custo. Nenhuma das decisões é fácil.

Um voto contra do PS será fácil se convencer o Chega a votar a favor do Orçamento. Mas se isso não acontecer e Ventura desatar aos tiros, recusando viabilizar o Orçamento, mesmo correndo o risco de perder metade da bancada?

Se Ventura entrar em autofagia, as eleições podem ser nefastas para os socialistas, com uma parte do eleitorado do Chega a reforçar a AD, ainda que sem a maioria absoluta pretendida por Cavaco Silva. Mas para Montenegro a saída do empate técnico daria maior legitimidade. Vai o PS contribuir para isso?

Cavaco Silva está a dar a "táctica" para 2026. E, tal como o Governo, a mostrar que a AD não tem medo de eleições. A outra conclusão do texto de Cavaco é que Montenegro será um primeiro-ministro inútil (não fará uma grande mudança no país) enquanto não tiver uma maioria absoluta ou um bloco central. A conclusão é uma evidente desajuda ao Governo que está em funções.

Jornalista